MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

2024

A ARTICULAÇÃO DOS CRAS, CREAS E A ESCOLA NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

MÔNICA REI MOREIRA FREIRE - PROMOTORA DE JUSTIÇA - COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
BRENDA CORRÊA LIMA AYAN - PROMOTORA DE JUSTIÇA AUXILIAR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME – PROMOTORA DE JUSTIÇA AUXILIAR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
MARINA VIANNA TOCANTINS - ASSESSORA ESPECIALIZADA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
DANIELLY LAURENTINO DAMASIO - TÉCNICA - PEDAGOGA - GRUPO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR
SHEYLA REGINA ABEN-ATHAR OLIVEIRA - TÉCNICA - ASSISTENTE SOCIAL - GRUPO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR
DIANA BARBOSA GOMES BRAGA – TÉCNICA - PEDAGOGA - GRUPO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR
MARIA DE LURDES DE CARVALHO SOARES ALMEIDA - TÉCNICA - ASSISTENTE SOCIAL - GRUPO DE APOIO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR

A ARTICULAÇÃO DOS CRAS, CREAS E A ESCOLA NO COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

BELÉM – PA

2024

Normalização bibliográfica
Sizete Medeiros do Nascimento - Biblioteconomista - Divisão de Biblioteca /MPPA

Catalogação na Publicação (CIP)

P115a Pará. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

A Articulação do CRAS, CREAS e a escola no combate à evasão escolar / Ministério Público do Estado do Pará. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, Coordenadora Mônica Rei Moreira Freire. – Belém: MPPA; CAOIJ, 2024.
50 p.

1. Direito à educação. 2. Combate à evasão escolar. 3. Ministério Público do Estado do Pará - MPPA. 4. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CAOIJ. 4. Grupo de Apoio Técnico e Interdisciplinar. I. Título. II. Freire, Mônica Rei Moreira (Coord.). III. Ayan, Brenda Corrêa Lima. IV. Kalume, Sabrina Mamede Napoleão. V. Tocantins, Marina Vianna. VI. Damasio, Danielly Laurentino. VII. Oliveira, Sheyla Regina Aben-Athar. VIII. Braga, Diana Barbosa Gomes. IX. Almeida, Maria de Lurdes de Carvalho Soares.

CDD: 341.2733

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....7
1 DA INFÂNCIA E VULNERABILIDADE.....9
2 DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL REALIZADA NO AMBITO DOS CRAS E CREAS.....11
3 DA REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....16
4 DA EVASÃO ESCOLAR: BREVE RETRATO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.....18
5 DO LEVANTAMENTO POR AMOSTRAGEM DA ATUAÇÃO DOS CRAS E CREAS DA CAPITAL NA EVASÃO ESCOLAR.....27
6 DAS PONDERAÇÕES E SUGESTÕES SOBRE O FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO EM REDE NA PREVENÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR.....29
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....32
REFERENCIAS.....33
APENDICES.....35

APRESENTAÇÃO

De acordo com a art. 227 da Constituição Federal “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O referido dispositivo apresenta o princípio da proteção integral, determinando um tratamento especial ao público infantojuvenil, em razão do seu estágio de desenvolvimento, impondo deveres aos responsáveis, a sociedade e, ao estado. Para esse último, exige-se a implantação de políticas públicas em caráter prioritário.

Um dos principais pilares de desenvolvimento das crianças e adolescentes é a educação, prevista na CF/88 como “direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ocorre, que por diversos fatores crianças e adolescentes são negligenciados em seu direito à educação e acabam por abandonar a escola. Situações sociais, familiares, pobreza, falta de acesso a serviços básicos, incluindo cuidados de saúde, nutrição adequada e moradia segura, falta de recursos educacionais, violência, bullying e problemas de saúde mental são apenas algumas das questões que podem levar à evasão escolar.

A evasão escolar entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é um problema complexo que pode ter várias causas subjacentes. Para lidar com isso, é crucial adotar abordagens multifacetadas, que envolvam toda Rede de Atendimento e do Sistema de Justiça. Isso exige não apenas políticas educacionais, mas também programas sociais que apoiem as famílias em situação de vulnerabilidade, fornecendo assistência financeira, acesso a serviços de saúde mental, orientação para os pais e programas

educacionais alternativos que sejam mais acessíveis e adequados às necessidades específicas desses estudantes.

A criança/ adolescente que se encontra em situação de vulnerabilidade, já está sendo negligenciada quanto aos seus direitos, assim, maiores tem que ser os esforços no sentido de garantir o retorno dessa criança/adolescente para o ambiente escolar que, como espaço social seguro, pode, inclusive, prevenir e assegurar que as razões pelas quais ela está afastada da escola sejam sanadas, ofertando aos pais e responsáveis as orientações e encaminhamentos necessários a fim de garantir o desenvolvimento saudável de seus filhos.

Destarte, quando em situação de vulnerabilidade social, crianças e adolescentes são atendidas pelos CRAS e CREAS, recebendo diversas intervenções para reverter esse quadro. Assim, há necessidade que esses serviços integrem cada vez mais, com a rede de educação, desenvolvam estratégias de ações articuladas, para que de fato se atinja a proteção integral.

Com essa preocupação, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) inseriu dentre as diretrizes prioritárias do Planejamento Estratégico Nacional, para atuação do Ministério Público o “Estímulo à educação integral para crianças e adolescentes, prioritariamente em relação àquelas acompanhadas pelos CRAS e CREAS. Combate à evasão escolar.”, razão pela qual este Centro de Apoio reforça a importância da temática a ser trabalhada em todos os municípios do estado.

Assim, para subsidiar a atuação de V. Exa., foi elaborado esse guia, que de forma simples e direta, contém sugestões para combater a evasão escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade atendidos no CRAS e CREAS.

Esperamos que seja útil!

1 DA INFÂNCIA E VULNERABILIDADE

A realidade das crianças/adolescentes brasileiras é bem diversa, diante da enorme desigualdade social existente no país. Alguns bens e serviços que proporcionam uma melhor qualidade de vida dependem da classe social que estão inseridos, do grau de escolaridade, formação profissional e da capacidade do exercício de cidadania de seus responsáveis.

Mesmo o Brasil sendo um país com a legislação avançada no que concerne à proteção de crianças e adolescentes, a realidade não acompanha o arcabouço normativo, constituindo a vulnerabilidade a situação fática de diversas crianças/ adolescentes, que abandonadas, expostas a todo tipo de violência, miséria e violações, sejam resultantes de ação ou omissão do estado, da sociedade ou dos seus responsáveis.

Vivenciar uma situação de vulnerabilidade, significa dizer que aquela criança/adolescente está exposta a potenciais danos, está em perigo, suscetível a sofrer violações de direitos, que está sendo negligenciada quanto à proteção integral conferida constitucionalmente ao público infantojuvenil.

As violações de direitos atingem vários aspectos da vida social, do desenvolvimento da criança/adolescente e, dependendo do dano a que for exposta, carregará consequências por toda sua vida. O dano pode ser oriundo de discriminação, violência física, psicológica, sexual, patrimonial, falta de acesso à educação, saúde, ausência de afetividade entre a família, uso de substâncias psicoativas, dentre outros, comprometendo o crescimento saudável.

Segundo Marcele e Mariane D´Oliveira há três fatos geradores que configuram situações de vulnerabilidade infantojuvenil, a saber: os carentes, as vítimas de violências e a autoria de atos infracionais. Todas, quando configuradas, justificam a aplicação de medidas, visando restaurar a proteção integral atribuída ao público infantojuvenil. [1] Assim dispõe o art. 98 do ECA:

[1] Disponível em: https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2012/Historia,%20cidadania%20e%20trabalho/artigo/as%20medidas%20de%20protecao%20como%20vetores%20fundamentais%20para%20salvaguardar.pdf. Acesso em: 26 fev. 2024.

> Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:
> I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
> II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
> III - em razão de sua conduta.

No que se refere às violações decorrentes de ação ou omissão do estado, estas se apresentam com a falta de políticas públicas adequadas, ausência da prestação de serviços de qualidade, péssimas condições de saúde, educação, fornecimento de merenda inadequada, falta de ações que reduzam a desigualdade social tão latente no Brasil e que desequipara crianças e adolescentes.

Quando a ação/omissão vem por parte dos responsáveis, as consequências são gravíssimas para o desenvolvimento humano, considerando a relação de confiança que deveria existir entre as partes, bem como a dependência direta que existe entre elas. A criança/ adolescente encontra-se em situação de perigo em decorrência daquele que, supostamente, deveria defendê-la. As violações podem ser físicas ou psicológicas, decorrente da falta de afeto, de cuidado, apresentar-se na forma de maus tratos, do abuso e exploração sexual, da utilização da mão de obra infantil, da negligência.

O estágio de desenvolvimento de uma criança/ adolescente, a sua falta de capacidade para cuidar de si mesmo, já a coloca em um patamar de vulnerabilidade presumida, que enseja cuidados atentos e efetivos por parte de seus responsáveis, a fim de que possam crescer e se desenvolver de forma saudável, bem como para que tenham acesso aos serviços ofertados pelo estado e pela sociedade. A falta deles, via de regra, as inabilita de ter condições mínimas de viver/crescer de forma digna.

A última hipótese, refere-se às situações em que as próprias crianças e adolescentes se colocam em situação de risco, quando praticam atos infracionais, ao fazer uso de substâncias entorpecentes, ou seja, em razão de sua própria conduta passam a vivenciar violações e atentar contra sua integridade física, psicológica, etc.

Destarte, em todas as situações supramencionadas, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece medidas de proteção de caráter primordialmente pedagógico, que devem ser aplicadas, direta ou indiretamente para as crianças/adolescente e/ou seus familiares pela rede de proteção, com os devidos encaminhamentos necessários.

2 DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO SOCIOASSISTENCIAL REALIZADA NO ÂMBITO DO CRAS E CREAS

Inicialmente, cumpre fazer uma breve diferenciação entre Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). De acordo com informações do Sistema de Gestão da Rede Socioassistencial (GESUAS[2]), o primeiro é responsável pela prevenção de situações de vulnerabilidade social e risco nos territórios. Já o CREAS trata das consequências e acompanha as famílias e indivíduos que já tiveram seus direitos violados.

Por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) regulamentou a organização, em âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de forma descentralizada, participativa e articulada com as demais políticas setoriais. Tendo definido os serviços e programas em níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, geridos pelos CRAS e CREAS.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o CRAS, equipamento da Proteção Social Básica, busca prevenir as situações de vulnerabilidade social e risco nos territórios. Em contrapartida, o CREAS, equipamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, atua quando as ações preventivas não deram certo, ou foram

[2] Disponível em: https://blog.gesuas.com.br/diferenca-cras-creas/. Acesso em: 18 jan. 2024.

insuficientes, atende famílias e indivíduos que já estão em situação de risco pessoal e social por violação de direitos.

Destarte, em resumo, enquanto o CRAS previne situações de vulnerabilidade social e risco, o CREAS atua para atender as consequências ocasionadas pela vulnerabilidade e risco social.

Tipos de Serviços de Proteção Social ofertados pelos CRAS e CREAS:

CRAS	CREAS
Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).	Serviço Especializado em Abordagem Social.
Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.	Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
	Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Fonte: blog.gesuas

Portas de entradas ao CRAS e ao CREAS:

Para ter acesso ao CRAS, o ingresso poderá ser realizado de três maneiras: 1. Procura espontânea, quando a família, grupo ou indivíduo vai até o CRAS por sua vontade para receber o atendimento desejado; 2. Busca ativa, quando se verifica in loco, as condições de vida das famílias no território, seja através de visitas domiciliares ou de entrevistas marcadas no CRAS, consegue ter acesso a questões de alta vulnerabilidade, que por diversas razões, inclusive o desconhecimento, não procuram o serviço espontaneamente; 3. Encaminhamentos realizados pela rede socioassistencial e serviços das demais políticas públicas.

Quanto ao acesso aos serviços ofertados pelo CREAS, o encaminhamento poderá se dar: 1. Demanda espontânea; 2. Encaminhamento pelo Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS); 3. Serviços da

assistência social, políticas públicas e por órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Atribuições do CRAS:[3]

São atribuições do CRAS, fornecer informações sobre o território para:

1. Elaborar o Plano Municipal de Assistência Social;
2. Planejar, monitorar e avaliar os serviços ofertados no CRAS;
3. Alimentar os Sistemas de Informação do SUAS;
4. Subsidiar os processos de formação e qualificação da equipe de referência;
5. Ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e outros serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica (PSB); e
6. Controlar a gestão territorial da rede socioassistencial da PSB.

Serviços e benefícios ofertados pelo CRAS:

Os serviços ofertados pelo CRAS visam à convivência e fortalecimento de vínculos. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço ofertado, pois garante o direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial.

Além do PAIF[4], o CRAS também oferta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, sendo todos serviços, benefícios, programas e ações padronizados conforme as diretrizes da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais[5].

No que concerne aos benefícios socioassistenciais, esses integram a política de assistência social, sendo um direito do cidadão e dever do Estado em

[3] Disponível em: https://blog.gesuas.com.br/cras/. Acesso em: 26 fev. 2024.
[4] Para saber mais sobre o PAIF acesse o link https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/protecao-e-atencao-integral-a-familia#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20de%20Prote%C3%A7%C3%A3o%20e,melhoria%20da%20qualidade%20de%20vida.
[5] Documento disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/livro%20Tipificaca%20Nacional%20-%2020.05.14%20%28ultimas%20atualizacoes%29.pdf

prestá-los, considerando que por meio deles, busca-se ampliar a proteção social e promover a superação das situações de vulnerabilidade e risco social. O CRAS permite que a população tenha acesso aos seguintes benefícios:

1. Benefício de Prestação Continuada (BPC);
2. Benefícios Eventuais;
3. Benefícios de Transferência de Renda.

Por fim, o CRAS é responsável por realizar a inscrição de famílias com renda de até 3 salários mínimos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Atribuições do CREAS:[6]

Considerando os objetivos da atenção ofertada pelos serviços do CREAS, são atribuições:

1. Apoiar o exercício do protagonismo e da participação social;
2. Contribuir para a superação de situações vivenciadas e a reconstrução de relacionamentos familiares e comunitários, dentro do contexto social, ou na construção de novas referências;
3. Facilitar o acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social;
4. Interromper padrões de relacionamentos familiares e comunitários com violação de direitos;
5. Prevenir os agravamentos e a institucionalização;
6. Propiciar uma acolhida e escuta qualificada;
7. Promover o fortalecimento da função protetiva da família.

Nesse equipamento, a equipe técnica do CREAS também tem a função de:

1. Elaborar estudos sociais;
2. Realizar diagnósticos socioeconômicos;
3. Construir o Plano Individual e/ou familiar de atendimento;

[6] Disponível em: https://blog.gesuas.com.br/creas/. Acesso em: 26 fev. 2024.

4. Efetivar orientação sociofamiliar, jurídico-social e encaminhamento para a rede de serviços locais;
5. Realizar atendimento psicossocial;
6. Identificar a família extensa ou ampliada, dentre outros.

Situações passíveis de atendimento no CREAS:

Nos serviços ofertados pelo CREAS podem ser atendidas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, tais como:

1. Abandono;
2. Adolescentes que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
3.
4. Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção;
5. Violência física, psicológica e negligência;
6. Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
7. Situação de rua;
8. Discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia;
9. Descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em decorrência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos;
10. Tráfico de pessoas;
11. Vivência de trabalho infantil.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tem a família como referência para o trabalho social a ser desenvolvido pelos serviços da rede socioassistencial. Apesar das diferenças, o CRAS e o CREAS são espaços que buscam proporcionar meios para que as famílias e seus indivíduos possam superar as situações de vulnerabilidade e risco social e, por meio dos serviços

ofertados por ambos os equipamentos, restabelecer os vínculos familiares, bem como, sustar as violações que estão inseridos quando procuram o serviço e seus encaminhamentos.

3 DA REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇA E ADOLESCENTES

Em que pese a Doutrina da Proteção Integral estar expressamente prevista na Constituição da República, no Estatuto da Criança e do Adolescente e mesmo havendo o Brasil ratificado a Convenção sobre os direitos da criança em 1990, crianças e adolescentes continuam sofrendo as mais diversas violações. E, mesmo sabendo-se que o público infantojuvenil precisa ter atendimento diferenciado em razão da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, ainda hoje presenciam-se com frequência falhas do sistema de garantias de direitos decorrentes, muitas vezes, da atuação fragmentada e descoordenada da rede de proteção.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que as políticas públicas voltadas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes devem ser formuladas e executadas a partir de estratégias que se baseiem em atuação intersetorial e articulada entre os diversos atores que integram a rede de proteção, sendo a interdisciplinariedade verdadeira essência do Sistema de Garantias, conforme previsto nos arts. 86, 88, inciso VI e 100, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 8.069/90.

Nessa perspectiva, o trabalho em rede deve ser pautado na atuação conjunta entre entes autônomos que buscam desenvolver relações baseadas pela interdependência, complementariedade e horizontalidade, de forma a buscar-se articulação, cooperação, parcerias e integração dos diferentes serviços ofertados à população infantojuvenil.

Quando se trata, especialmente, de crianças e adolescentes acompanhados pelos serviços do CRAS e do CREAS, sabe-se que se está a falar de um público em situação de vulnerabilidade social ou em situação de violação de direitos ou mesmo em cumprimento de medidas socioeducativas em

meio aberto. Nesse contexto, além dos atendimentos realizados por CRAS e CREAS, o público infantojuvenil inserido nesses equipamentos precisa também dentre outros serviços, estar inserido no ambiente escolar.

A escola compõe a rede de proteção de crianças e adolescentes e possui papel de grande relevância na garantia de direitos desse público, já que se trata de um dos mais importantes espaços de proteção e convivência social, sendo, portanto, bem mais do que um espaço do saber e construção de conhecimento, razão pela qual deve manter uma postura de constante observância sob seus alunos, sobretudo aqueles que já se encontram necessitando de atendimento e acompanhamento dos demais integrantes da rede de proteção. E, ao detectar qualquer tipo de violência, violação ou mesmo de evasão ou infrequência escolar, deverá adotar as medidas necessárias para fazer cessar a situação causadora da violação de direitos, realizando as comunicações e os encaminhamentos necessários aos demais órgãos competentes.

Enfatize-se que o próprio art. 205 da Constituição Federal, ao tratar da educação, nos transmite a ideia de trabalho em rede, pois faz expressa referência à necessidade de uma atuação conjunta da família, da sociedade e do Estado (na acepção mais ampla do termo, compreendendo os mais diversos órgãos públicos e setores da administração), no sentido da construção da cidadania, fundamentalmente, de nossas crianças e adolescentes.

Da mesma forma, é de extrema importância que CRAS e CREAS, ao tomarem conhecimento de que a criança ou adolescente atendidos nos seus serviços e programas não estão frequentando a escola regularmente busquem conhecer a causa dessa evasão e comuniquem e articulem com os demais integrantes da rede de proteção estratégias no sentido de fazer com que esse público volte a frequentar regularmente o ambiente escolar.

Sendo assim, buscar pela intersetorialidade na rede de proteção significa traçar estratégias de gestão que possam articular com diversos setores, privilegiando o atendimento multidisciplinar a fim de atender objetivos comuns.

Portanto, é fundamental que os diversos atores que compõem a rede de proteção atuem verdadeiramente com compromisso com a proteção integral

dessas crianças e adolescentes atendidos, bem como com a consciência de que, agindo de forma isolada, por mais que se esforcem, não terão condições de suprir o papel reservado aos demais, não podendo substituir ou dispensar a atuação destes.

A proteção integral preconizada na Constituição da República e no Estatuto da Criança e do Adolescente somente existirá quando o sistema de garantias de direitos dialogar entre si, buscando uma atuação verdadeiramente intersetorial, articulada e integrada.

4 DA EVASÃO ESCOLAR: BREVE RETRATO DA SITUAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Ainda hoje a evasão e o abandono escolar são problemas a serem enfrentados no Brasil. Em que pese a Constituição Federal de 1988 ter estipulado como uma de suas metas a universalização do ensino fundamental e a "erradicação" do analfabetismo, sabe-se que estas ainda não foram completamente alcançadas, apesar de ser a educação um direito social garantido e determinado no art. 6º da Carta Magna.

Gusso (1998) aponta que o insucesso escolar está intimamente relacionado a fatores sociais, econômicos e culturais, como a pobreza e a exclusão social. Nesse contexto, fatores como a ruptura com a experiência não escolar do aluno, o subestimo ao seu saber e a tendência de ensinar soluções contribuem para a insuficiência do trabalho escolar e, consequentemente, com a relação negativa com o conhecimento.

A diferença entre evasão e abandono escolar foi utilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep (1998), o qual definiu "abandono" como a situação em que o aluno se desliga da escola, mas retorna no ano seguinte, enquanto na "evasão" o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema escolar.

Sendo assim, pode-se entender que a evasão escolar é composta por diversas formas de insucesso escolar, que vão desde a infrequência reiterada e repetência dos alunos, ao abandono escolar, propriamente dito. Compreender

essa definição auxilia na identificação dos casos e na adoção de medidas para evitar violações de direitos do público infantojuvenil.

E, por trás de situações de abandono e evasão escolar existem as mais variadas motivações para o problema, desde gravidez, falta de conexão dos conteúdos com os interesses dos estudantes, necessidade imediata de geração de renda, vulnerabilidade social, por exemplo. Marchesi (2006) aponta que a trajetória educacional do aluno está diretamente ligada ao tipo de sociedade em que está inserido, ou seja, o conhecimento das características sociais do aluno, poderá levar à compreensão de quais os fatores de risco que estão contribuindo para a evasão escolar.

Os indicadores vêm mostrando que o contexto de adolescentes na faixa etária de 12 anos a 18 anos e de jovens adultos que se encontram em vulnerabilidade social e que apresentam índices de repetência, de distorção idade-série e que se inserem no mercado de trabalho formal e informal tem sido crescente.

De acordo com dados disponibilizados pela Plataforma Busca Ativa, fonte dos dados do Censo Escolar – Inep, o Brasil no ano de 2020, registrou o total de 342.806 estudantes que abandonaram a escola (redes municipais e estaduais), o que representava um percentual de 1,2%.

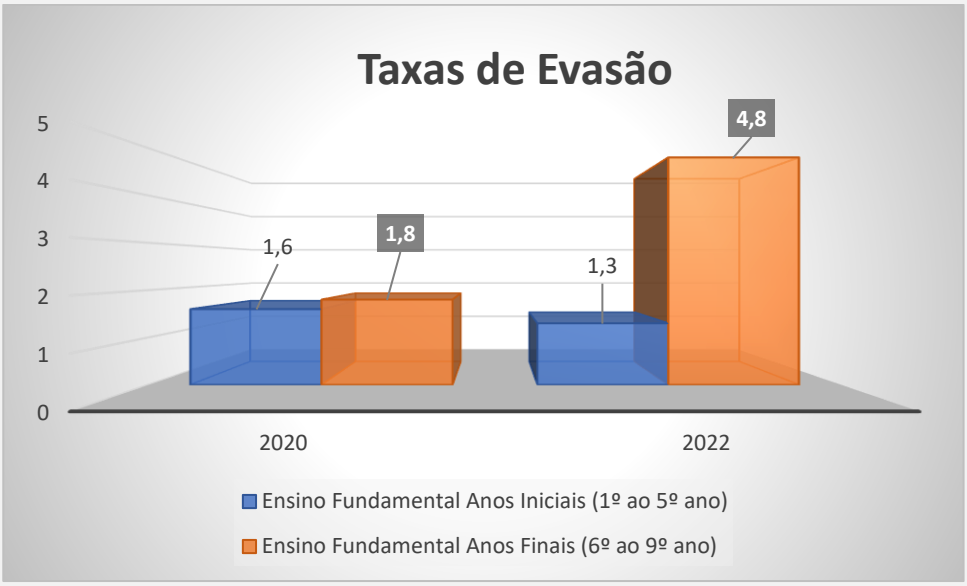
A região norte do país, por sua vez, contabilizou 42.547 alunos que abandonaram a escola, sendo que o Estado Pará somou 19.271 estudantes nessa situação. E, ao considerar a Região metropolitana de Belém, foi possível identificar que houve um salto representativo nas taxas de abandono com o advento da pandemia, principalmente no que se refere ao Ensino Médio.

Dados apresentados pelo Inteligência em Pesquisa e Consultoria (IPEC) a pedido do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), divulgado em 2022, revelaram que mais de 2 milhões de crianças e adolescentes, da faixa etária compreendida entre 11 a 19 anos, abandonaram a escola no Brasil, sendo apontado como um dos fatores que poderiam contribuir para esse cenário os dois anos de pandemia vivenciados, a qual acarretou grave crise no cenário educacional.

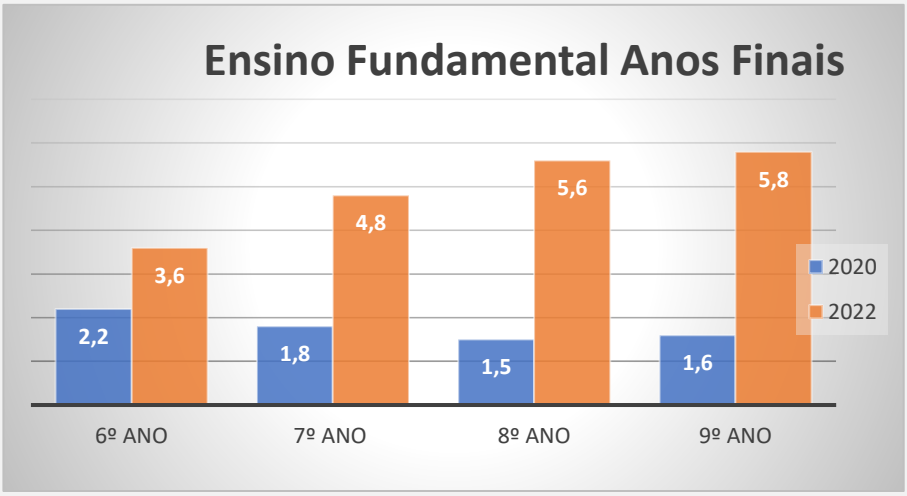
De acordo com o censo escolar de 2022 realizado pelo INEP, em relação ao abandono escolar, o estado do Pará teve uma taxa de 10,8 de alunos do

Ensino Médio que deixaram de frequentar a escola. No ano de 2020, início da pandemia, a taxa foi de 0,7, observa-se, assim, um aumento significativo nesse componente da evasão escolar, que considera aspectos mais amplos, do que tão somente, o abandono, pois abrange a repetência e a aprovação.

No âmbito estadual, o Pará, apresentou as seguintes taxas nos anos de 2020 e 2022:

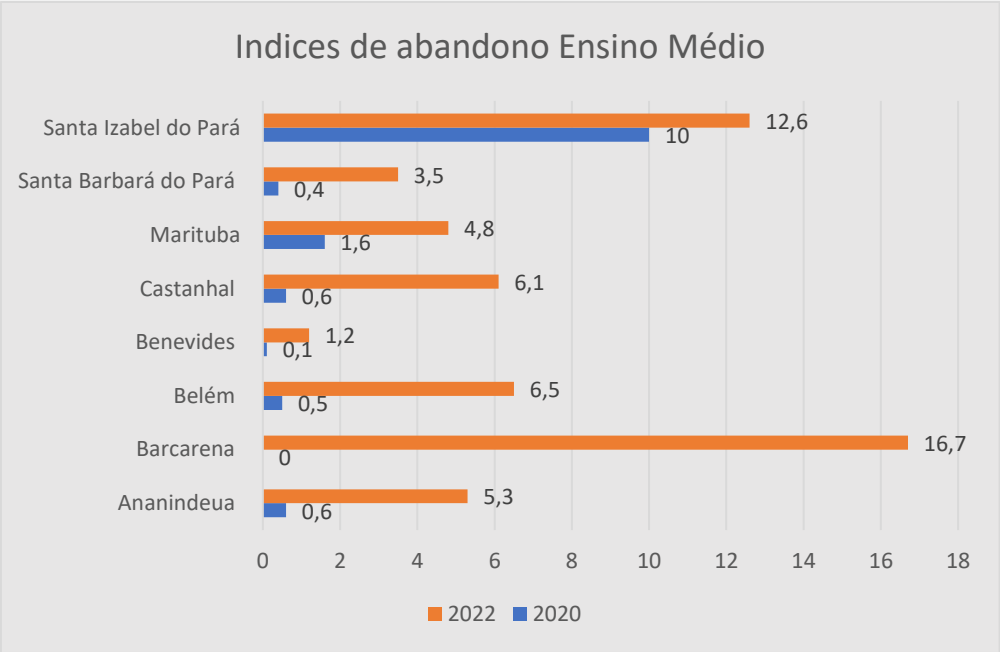


Destaca-se que a maior representatividade, observada, foi no Ensino Fundamental II, sendo que as taxas por ano do Fundamental II, foram:



No que tange ao Ensino Médio, observaram-se aumentos representativos nos índices de abandono: Ananindeua 2020 - 0,6 e 2022 – 5,3; Barcarena 2020 - 0,0 e 2022 – 16,7; Belém 2020 – 0,5 e 2022 – 6,5; Benevides 2020 – 0,1 e 2022 – 4,2; Castanhal 2020 – 0,6 e 2022 – 6,1; Marituba 2020 – 1,6 e 2022 – 4,8;

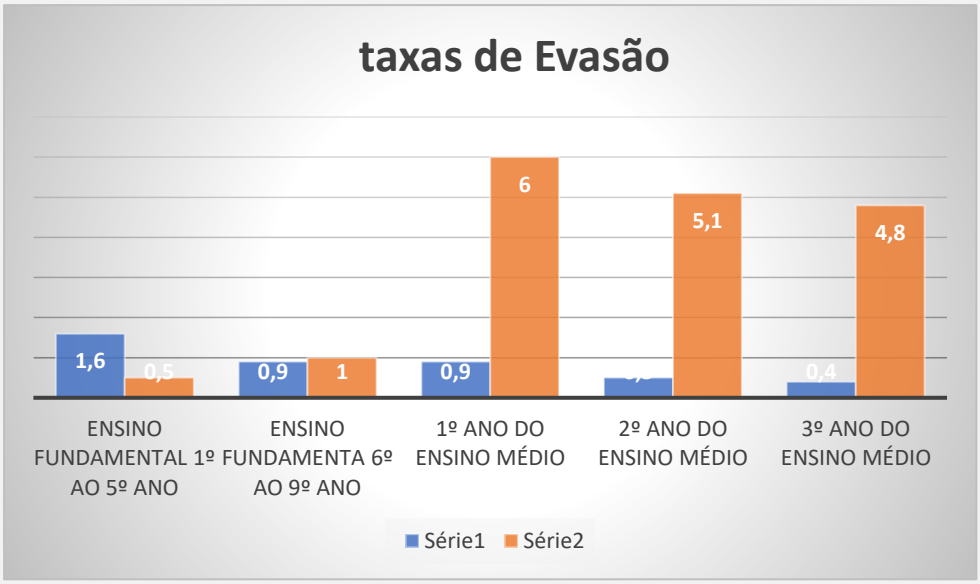
Santa Barbará do Pará 2020 – 0,4 e 2022 – 3,5; Santa Izabel do Pará 2020 – 10,0 e 2022 – 12,6.



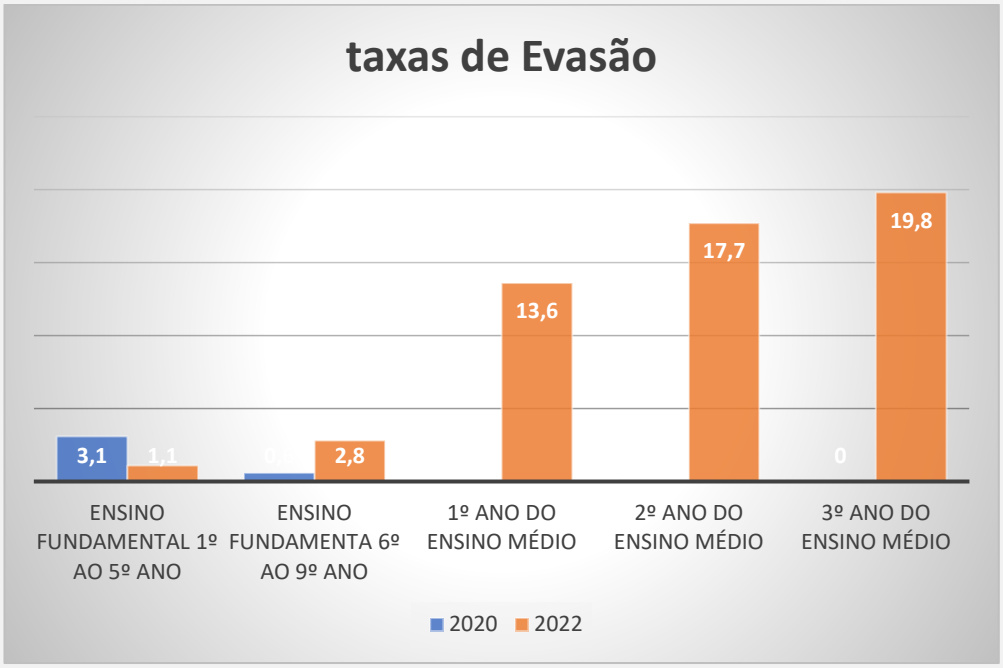
Conforme dados do Censo Escolar (2020/2022), Região metropolitana de Belém (incluindo-se o município de Barcarena, que recentemente passou a compor os municípios que integram a Região Metropolitana), observou-se que as taxas de abandono no ensino fundamental, de maneira geral apresentam oscilações, sendo maiores nos anos finais do ensino fundamental (índices aumentaram nos anos finais do ensino fundamental em quase todos os municípios da região metropolitana, à exceção de Santa Izabel, que se manteve igual (4,3)), no entanto, as taxas de abandono nos anos inicias (Região Metropolitana), apresentaram redução percentual. Ressalta-se que embora as taxas de abandono nos anos finais tenham apresentado aumento, não foram tão altas quanto no ensino médio.

A seguir foram apresentados alguns dados percentuais para observação.

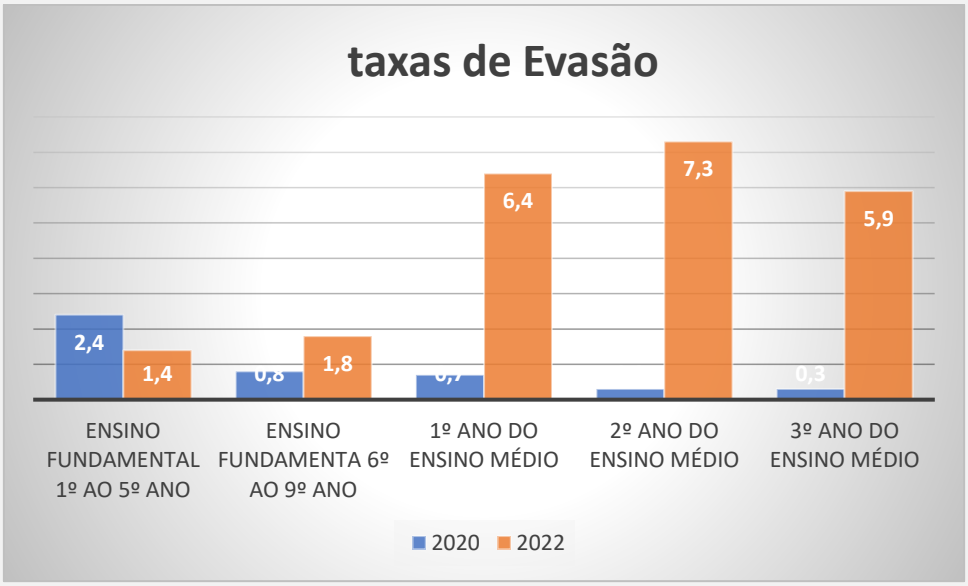
Ananindeua:



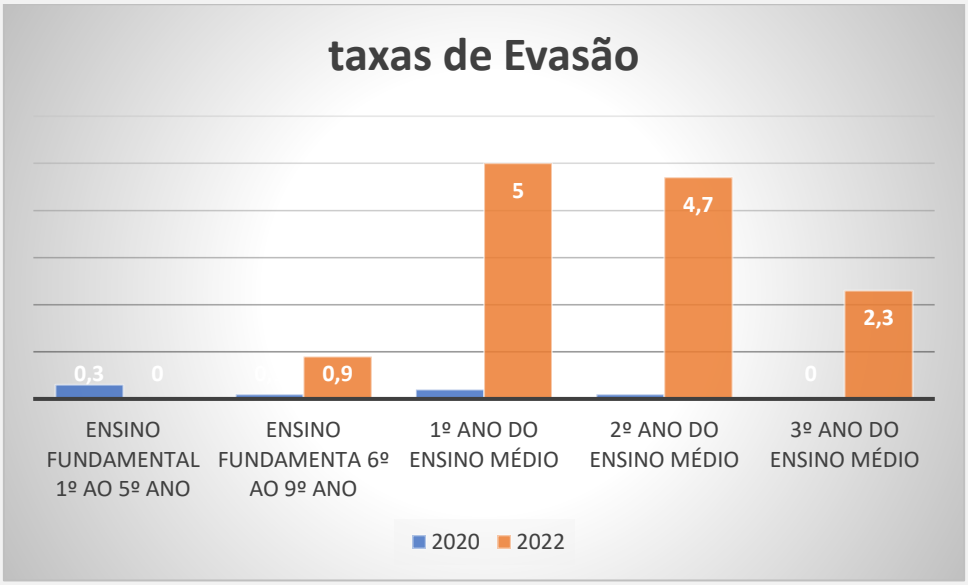
Barcarena:



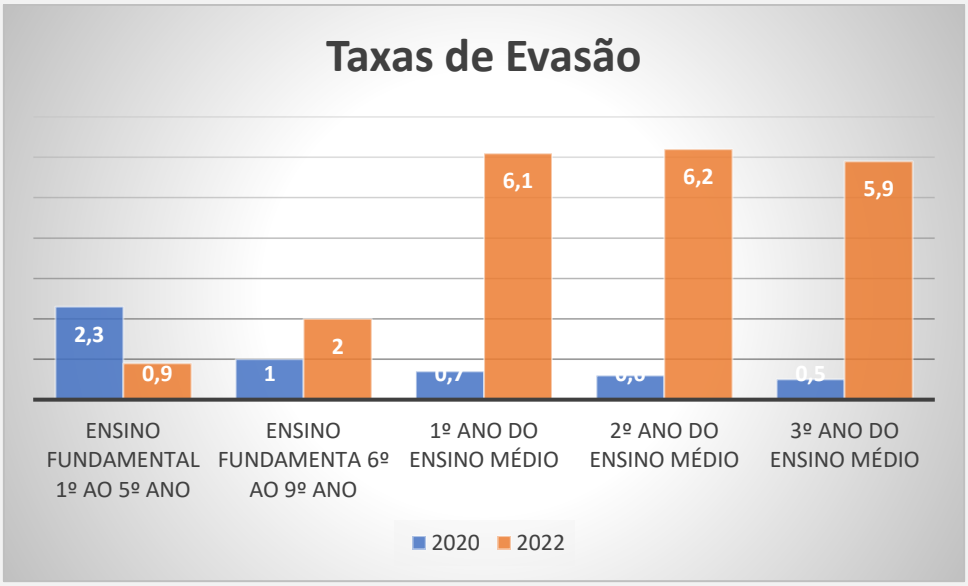
Belém:



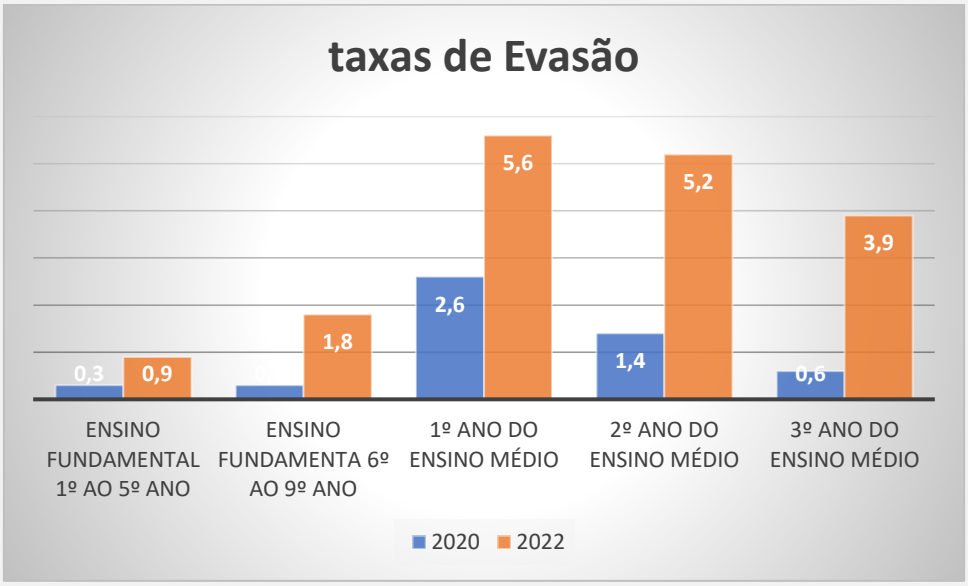
Benevides:



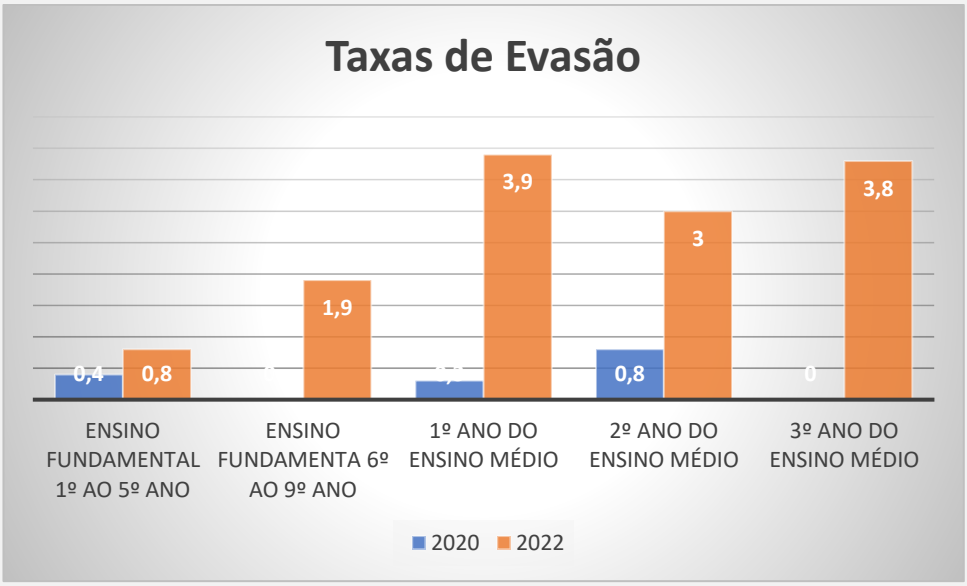
Castanhal:



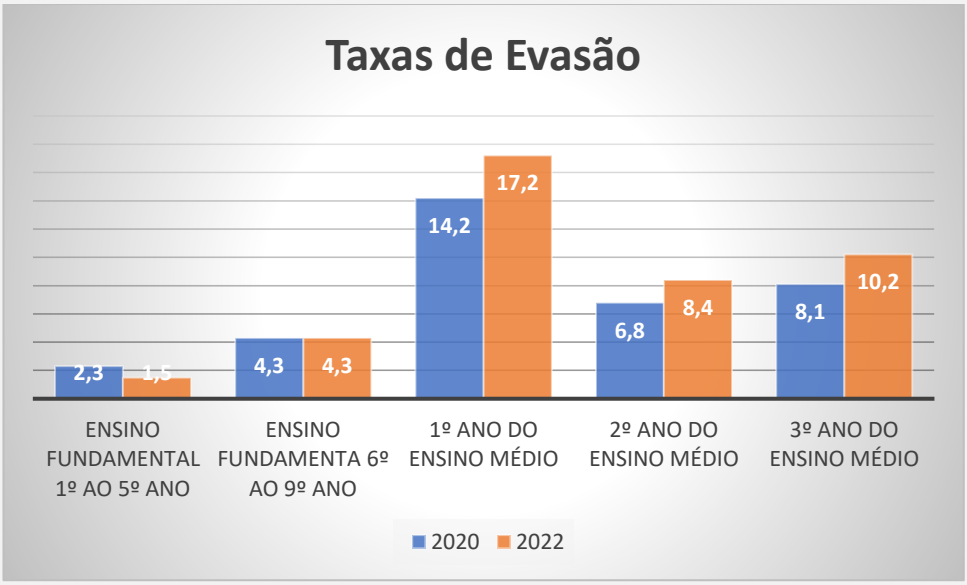
Marituba:



Santa Barbará do Pará:



Santa Izabel do Pará:



Diante desse panorama, a evasão escolar em seu sentido mais amplo é um grande desafio a ser combatido, trata-se de uma preocupação que está além do contexto escolar e que ocorre também por violações de outros direitos, não ficando restrito ao acesso à educação. No entanto, a escola desempenha papel essencial no combate à evasão, uma vez que possui a incumbência precípua de acompanhar a frequência escolar dos educandos, assim como também de

realizar as ações necessárias nos casos de infrequência escolar ou abandono, tais como, acionamento da família, busca ativa, e no caso de insucesso, a comunicação ao Conselho Tutelar ou mesmo Ministério Público para averiguação da situação, podendo-se destacar o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).

> **Lei nº 8069/90**
> Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:
> I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
> II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
> III - elevados níveis de repetência.
>
> **Lei nº 9394/96**
> Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
> (...)
> VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei;

Destarte, que estar fora da escola significa criar um abismo social com reflexos em toda uma geração e no próprio futuro da sociedade.

Por fim, cabe destacar que as tabelas com as taxas mencionas encontram-se no apêndice, assim como também, para maiores informações sobre os demais municípios do Estado do Pará, pode-se acessar o site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Indicadores Educacionais, Taxas de Rendimento, no link https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento-escolar.

5 DO LEVANTAMENTO POR AMOSTRAGEM DA ATUAÇÃO DOS CRAS E CREAS DA CAPITAL NA EVASÃO ESCOLAR

O Ministério Público do Estado do Pará realizou pesquisa por amostragem junto aos equipamentos, CRAS e CREAS, no município de Belém para averiguar se é realizado acompanhamento pelos referidos Centros desse público em relação à evasão escolar e, em caso positivo, perquirir como ele tem sido feito.

Deste modo, foi realizado levantamento sobre evasão escolar junto à FUNPAPA, bem como foram realizadas visitas aos seguintes espaços: CRAS Jurunas; CRAS Pedreira; CRAS Barreiro; CRAS Terra Firme; e CREAS Ilka Brandão.

Conforme dados obtidos junto à FUNPAPA, das 485 pessoas atendidas em 2022 no SCFV, 18 crianças e adolescentes estavam fora da escola ou com defasagem superior a 2 anos. Além disso, as informações do CadÚnico de Belém, embora não contem com dados específicos sobre a evasão escolar, indicaram que 24.921 crianças e adolescentes, da faixa etária de 05 a 17 anos, nunca frequentaram a escola conforme tabela abaixo:

Faixa etária	**Total**
Entre 05 e 06 anos	13.295
Entre 07 e 15 anos	11.434
Entre 16 e 17 anos	192
Total	**24.921**

Fonte: Adaptação dos dados disponibilizados pela FUNPAPA/CECAD/ref. abril-2023

No que se refere a faixa etária de 0 a 4 anos, a FUNPAPA, informou que haviam 44.571 crianças fora da escola, cumprindo destacar, que a Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, objetiva atender crianças de 0 a 5 anos de idade, e se organiza em duas etapas, que seriam, a Creche (0 a 3 anos) e a Pré-Escola (4 e 5 anos), sendo que a Pré-Escola é de matrícula obrigatória, enquanto que a creche, é facultada a inserção das crianças a opção de seus pais e responsáveis, no entanto, tal direito precisa ser garantido pelo Ente Federado.

Por conseguinte, em que pese o público atendido pelos CRAS e CREAS se constituírem de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, cuja

evasão escolar certamente é um agravante, este dado não é levantado junto a todas as famílias atendidas pelas unidades visitadas, haja vista que o maior enfoque no Relatório Mensal da Atividades (RMA) se direciona às informações relativas à vulnerabilidade de renda das famílias, perfil etário, violência e/ou violação de direito sofridas, entre outras informações necessárias ao diagnóstico, planejamento e acompanhamento do trabalho social realizado com as famílias/indivíduos.

O papel de intervenção dos equipamentos que atendem famílias vulneráveis que tem crianças e adolescentes sem estudar deve ser também identificar quais são as barreiras que tem impedido o acesso ao direito à educação, como, por exemplo: a) se os pais tem conhecimento da lei e da obrigação em matricular o filho ou pupilo (art. 129 do ECA); b) quais os indicadores de infrequências que levam à evasão escolar (mudança de endereço da família, dificuldade de aprendizagem do aluno, deficiência etc.); c) se há vulnerabilidade da família e qual é essa vulnerabilidade; d) se há algum tipo de violência acarretando a evasão escolar (familiar, escolar, bullying, entre outras formas).

No que tange à frequência escolar, foi observado, por ocasião da pesquisa por amostragem, que não é realizado o monitoramento efetivo, sendo que essa informação geralmente está vinculada à notificação do Governo Federal quanto às condicionalidades da frequência escolar para a continuação do recebimento do Bolsa Família. Ou seja, a família recebe notificação para que compareça ao CRAS da região para apresentar justificativa pela infrequência escolar, as quais são inseridas no sistema e avaliadas para o desbloqueio dos recursos.

Esclareça-se que foi informado que nem sempre as famílias que se dirigem ao CRAS para apresentação de justificativas passam pelo atendimento do PAIF, sendo que uma das ações realizadas pela equipe do CadÚnico é a apresentação do atestado de frequência, a ser emitido pela escola, para o período relacionado à notificação.

Constatou-se também que os CRAS, conforme o levantamento realizado, não possui protocolo estabelecido para o acompanhamento da frequência escolar nem de interlocução com as escolas, sendo que as situações são

trabalhadas de maneira pontual. Portanto, os CRAS não mantêm uma relação contínua com as escolas.

Outrossim, não há banco de dados do CRAS ou do CREAS relativo à evasão escolar e/ou infrequência escolar que seja alimentado sistematicamente pelos agentes sociais dos demais equipamentos. Tampouco foi informado se o CRAS e o CREAS recebem os dados ou comunicações de outros equipamentos, a exemplo do Conselho Tutelar.

Conforme informações prestadas pela FUNPAPA, por não existir um indicador que aborde especificamente a evasão escolar, não há uma diretriz ou um trabalho em rede que minimize os impactos, seja esta relativa ao acesso à educação escolar seja quanto à permanência e escolarização, o que aumenta a segregação social nos territórios em que os CRAS se encontram inseridos.

A FUNPAPA também não informou se a equipe desenvolve ações nas diversas localidades ou se há procura espontânea pelo CRAS, se o equipamento realiza a busca ativa e quais os encaminhamentos são realizados, quer para a própria rede socioassistencial quer para as demais secretariais, bem como quais as políticas públicas existentes. Da mesma forma, os CRAS não informaram qual providência é adotada quando tomam conhecimento de casos de ausência de matrícula escolar.

Em relação ao CREAS, ainda que haja a articulação e ações junto ao eixo de defesa (Poder Judiciário, Defensoria, Ministério Público e Órgão de Segurança Pública), promoção (saúde, educação, assistência, cultura, esporte, geração de emprego e renda), se observa a necessidade de fortalecimento da articulação entre a Rede de Proteção.

6 DAS PONDERAÇÕES E SUGESTÕES SOBRE O FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO EM REDE NA PREVENÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR

Conforme o panorama exposto, torna-se clara a necessidade de fazer com que os diversos órgãos, autoridades e entidades que integram o sistema de garantia de direitos infantojuvenis aprimorem o entendimento de trabalhar em "rede", ouvindo e compartilhando ideias e experiências entre si, definindo "fluxos"

e "protocolos" de atuação interinstitucional, avaliando os resultados das intervenções realizadas junto a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias e buscando, juntos, o melhor caminho a trilhar, tendo a consciência de que a efetiva e integral solução do problema da evasão escolar é responsabilidade de todos.

É necessário que CRAS e CREAS definam forma de atuação que busque compreender e identificar as causas da infrequência escolar, o que vai além de se ater às condicionantes do Governo Federal para a concessão de programas de transferência de renda. Importante também acompanhar os casos e trabalhar as barreiras e vulnerabilidades que retiram crianças e adolescentes da escola.

Outra fragilidade observada quanto ao enfrentamento da problemática da evasão escolar, diz respeito à inexistência de um monitoramento efetivo da frequência escolar, bem como à ausência de banco de dados sobre o assunto.

Assim, entende-se que por ocasião do levantamento de entrevista realizado pelos CRAS e CREAS, seria de grande relevância incluir o questionamento específico sobre a matrícula e frequência escolar de crianças e adolescentes que serão atendidos ou que compõem o grupo familiar do usuário dos equipamentos.

No mesmo sentido, o quantitativo de crianças e adolescentes que não frequentam a escola e que são acompanhados pelos CRAS e CREAS poderia subsidiar o plano de ação dos referidos equipamentos e indicar algumas prioridades junto às demais Secretarias (Saúde, Assistência e Educação). A Secretaria de Assistência poderia, por exemplo, sinalizar à Secretaria de Educação o quantitativo de crianças atendidas na faixa etária de 0 a 3 anos que na educação infantil precisam de creche ou de vagas na pré-escola. O mesmo ocorre nas etapas subsequentes: níveis fundamental e médio.

Neste contexto, observa-se que as estratégias de busca ativa são essenciais para o processo de reinclusão do público que se evadiu das escolas, devendo-se buscar identificar o motivo da infrequência e qual vulnerabilidade está impedindo o acesso à educação, para que se possa trabalhar de forma articulada com os demais parceiros da rede de proteção (Conselho Tutelar, Saúde, Educação e outros).

Uma valiosa ferramenta implementada que serviu de grande auxílio às redes de ensino e entes federados foi a plataforma Busca Ativa Escolar, a qual foi desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a UNDIME e apoio do CONGEMAS e CONASEMS cujo objetivo é trazer de volta à escola os alunos evadidos.

Tal plataforma foi disponibilizada aos Estados e Municípios que, através da parceria com o UNICEF, tem a sua disposição uma ferramenta tecnológica que permite identificar, registrar, controlar e acompanhar o público escolar evadido e aquele que possui risco de evasão. Para tanto, são reunidos representantes de várias áreas que compõem a Rede de Atendimento e Proteção, tais como Saúde, Assistência Social, Educação etc., os quais possuem papéis específicos na logística a ser implantada.

É fundamental também que os diversos integrantes do Sistema de Garantias, independentemente do órgão que representam, tenham a consciência de que agindo de forma isolada, por mais que se esforcem, não terão condições de suprir o papel reservado aos demais, não podendo, assim, prescindir da atuação uns dos outros.

Com o intuito de auxiliar nesse processo de construção de uma articulação mais eficaz entre a rede, sugere-se que o Promotor de Justiça, como integrante do sistema de Garantias de Direitos, atue no sentido de fomentar que CRAS e CREAS definam forma de acompanhamento da frequência escolar (por meio de protocolos ou definição de fluxos) ao detectar casos de infrequência ou evasão (modelo disponibilizado no link abaixo).

É preciso também que as comunicações à rede de proteção sejam feitas. Tanto CRAS e CREAS devem comunicar ao Conselho Tutelar os casos de evasão e infrequência escolar, quanto a própria escola também deve fazê-lo (modelo disponibilizado no link abaixo). E, após a notificação, devem os equipamentos fazer o acompanhamento posterior, sobretudo para se trabalhar os motivos que levam à infrequência. Por fim, nos casos em que o problema persistir, deve ser feita a comunicação ao Ministério Público para adoção das medidas cabíveis (modelo disponibilizado no link abaixo).

Resta claro, portanto, que enfrentar o problema da evasão escolar não se faz com a mentalidade da "transferência de responsabilidade" e do atendimento

"compartimentado", em que cada serviço realiza um trabalho isolado, desconexo e, por conseguinte, ineficaz.

Ao contrário. Apenas com uma atuação coordenada, articulada e integrada dos diversos órgãos, autoridades e entidades governamentais e não governamentais que compõem a rede de proteção, é que se poderá tirar o máximo proveito das potencialidades de cada um, fazendo com que os problemas detectados - tanto no plano individual quanto coletivo - recebam o devido atendimento interinstitucional e interdisciplinar, e que se efetive a verdadeira proteção integral a crianças e adolescentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evasão escolar entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade é um problema complexo, com índices alarmantes que enseja múltiplas abordagens. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), aproximadamente 244 (duzentos e quarenta e quatro) mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021. O número representa um aumento de 171% em comparação a 2019, quando 90 mil crianças estavam fora da escola.

Assim, a situação exige não apenas políticas educacionais, mas também programas sociais que apoiem as famílias em situação de vulnerabilidade, fornecendo assistência financeira, acesso a serviços de saúde mental, orientação para os pais e programas educacionais alternativos que sejam mais acessíveis e adequados às necessidades específicas desses estudantes.

O resgaste dessas crianças e adolescentes para a comunidade escolar, o retorno a escola, é obrigação de todos e deve ser garantido pelo Estado, a fim de possibilitar reais chances de crescimento pessoal e intelectual daqueles que estão em estágio de formação, bem com, de abrir portar para um futuro promissor e competitivo, retirando essas crianças do ciclo de desemprego estrutural e de violência.

Desta forma, é de suma importância que o membro do Ministério Público reúna regularmente com o Sistema de Garantias a fim de verificar a estrutura e equipamentos que estão em funcionamento em seu município, bem como se, possui busca ativa em casos de evasão, controle rígido da frequência e estratégias e fluxos articulados que assegurem a permanência de crianças e adolescentes no sistema regular de ensino.

Assim, visando facilitar sua atuação o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude preparou o presente material com os pontos para intensificar o enfrentamento a evasão escolar em atenção as crianças e adolescentes atendidas nos espaços socio assistências, para materializar o direito fundamental a educação das crianças e adolescentes paraenses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2024.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.069/90** - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 jan. 2024.

BORJA, I. M. F. de S.; MARTINS, A. M. de O. **Evasão escolar**: desigualdade e exclusão social. Revista Liberato, Novo Hamburgo, v. 15, n. 23, p. 01-104, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revista.liberato.com.br/index.php/revista/article/view/207/484. Acesso em: 30 jan. 2024.

DIGIÁCOMO, M. J. **O Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente e o desafio do trabalho em "Rede.** Disponível em: https://site.mppr.mp.br/crianca/Pagina/O-desafio-do-trabalho-em-Rede#ref25. Acesso em: 15 jan. 2024.

FILHO, R. B. S.; ARAÚJO, R. M. de L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em: http://revistas eletrônicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito. Acesso em: 02 fev. 2024.

FREIRE, M. R. M.. **A evasão escolar e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes**. Belém: Ministério Público do Estado do Pará. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/areas/institucional/cao/infancia/o-dia-da-crianca-e-o-combate-a-evasao-escolar-no-brasil.htm. Acesso em: 06 fev. 2024.

FREIRE, P. **Direitos Humanos e Educação Libertadora. Gestão Democrática da Educação Pública na cidade de São Paulo**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 4. ed. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 5. ed. 2016.

GOIÁS. MINISTÉRIO PÚBLICO. **Fortalecendo Redes**. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude de MPGO Disponível em: HTTPS://WWW.MPGO.MP.BR/PORTAL/CONTEUDO/FORTALECENDO-REDES--2. Acesso em: 06 fev. 2024.

GUSSO, D. Repetência: a cruel enroscada da repetência: a hora de mudar tudo. **Revista Nova Escola**, [s.l.] , 10 abr. 1998.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar de 2008.** Brasília: INEP, 2007.

MARCHESI, A. **O que será de nós, os maus alunos?** Porto Alegre: Artmed, 2006.

NERI, M. **Motivos da Evasão Escolar**. São Paulo: Todos Pela Educação. 2009. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/12fcc791-cdd4-4daa-8ded-1cb995f0a85c. Acesso em: 10 fev. 2024.

POLO, A**. Evasão escolar e a importância da Rede de Proteção (2021-2022).** [s.n.]: Brasília 2022. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31947/1/2022_AlessandraPolo_tcc.pdf. Acesso em: 19 fev. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Tabela de apresentação das Taxas de Abandono Ensino Médio – Estado do Pará - Censo Escolar 2020 – INEP

Localização	Dependência Administrativa	Taxas de Abandono 2020 – Estado do Pará					
		Ensino Médio					
		Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Não-Seriado
Total	**Total**	**0,7**	**0,7**	**0,5**	**0,6**	**2,4**	**2,4**
Urbana	Total	**0,7**	0,7	0,5	0,6	2,4	2,5
Rural	Total	**0,4**	0,5	0,3	0,4	0,0	0,0
Total	Federal	**0,9**	0,6	0,5	1,4	3,0	--
Urbana	Federal	**0,8**	0,6	0,5	1,3	3,0	--
Rural	Federal	**2,8**	1,5	3,1	3,8	--	--
Total	Estadual	**0,6**	0,7	0,4	0,6	1,9	0,0
Urbana	Estadual	**0,6**	0,7	0,4	0,6	2,0	0,0
Rural	Estadual	**0,4**	0,4	0,3	0,4	0,0	0,0
Total	Municipal	**2,4**	--	0,0	4,0	--	--
Urbana	Municipal	**2,4**	--	0,0	4,0	--	--
Rural	Municipal	--	--	--	--	--	--
Total	Privada	**1,5**	1,9	1,5	0,7	8,2	9,2
Urbana	Privada	**1,4**	1,8	1,3	0,7	8,2	9,2
Rural	Privada	**6,2**	6,6	9,0	0,0	--	--
Total	Pública	**0,5**	0,6	0,4	0,6	2,1	0,0
Urbana	Pública	**0,6**	0,7	0,4	0,6	2,2	0,0
Rural	Pública	**0,4**	0,4	0,3	0,5	0,0	0,0

APÊNDICE B – Tabela de apresentação das Taxas de Abandono Ensino Médio – Estado do Pará - Censo Escolar 2022 – INEP

Localização	Dependência Administrativa	Taxas de Abandono 2022 – Estado do Pará					
		Ensino Médio					
		Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Não-Seriado
Total	**Total**	**10,8**	11,8	11,2	9,3	5,1	4,0
Urbana	**Total**	**10,2**	11,1	10,6	8,9	5,2	4,8
Rural	**Total**	**15,0**	16,6	15,5	12,4	3,6	0,2
Total	**Federal**	**2,9**	2,6	2,4	3,9	0,0	--
Urbana	**Federal**	**2,6**	2,4	2,2	3,2	0,0	--
Rural	**Federal**	**14,7**	7,9	8,5	51,4	--	--
Total	**Estadual**	**11,9**	12,8	12,3	10,2	5,3	3,8
Urbana	**Estadual**	**11,4**	12,3	11,8	10,0	5,3	5,0

Rural	**Estadual**	**15,0**	16,8	15,6	12,3	3,6	0,2
Total	**Municipal**	**6,4**	3,2	11,1	--	--	--
Urbana	**Municipal**	**6,4**	3,2	11,1	--	--	--
Rural	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Total	**Privada**	**0,6**	0,5	0,3	0,4	4,0	4,2
Urbana	**Privada**	**0,4**	0,3	0,3	0,2	4,0	4,3
Rural	**Privada**	**7,4**	8,2	5,0	9,7	--	0,0
Total	**Pública**	**11,7**	12,6	12,1	10,1	5,2	3,8
Urbana	**Pública**	**11,2**	12,0	11,6	9,8	5,2	5,0
Rural	**Pública**	**15,1**	16,7	15,7	12,4	3,6	0,2

APÊNDICE C – Tabela de apresentação das Taxas de Abandono Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano - Estado do Pará - Censo Escolar 2020 – INEP

Localização	**Dependência Administrativa**	**Taxas de Abandono 2020 – Estado do Pará**											
		Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
		Total	**Anos Iniciais**	**Anos Finais**	**1º Ano**	**2º Ano**	**3º Ano**	**4º Ano**	**5º Ano**	**6º Ano**	**7º Ano**	**8º Ano**	**9º Ano**
Total	**Total**	**1,7**	**1,6**	**1,8**	**1,6**	**1,2**	**1,4**	**1,6**	**1,9**	**2,2**	**1,8**	**1,5**	**1,6**
Urbana	Total	**1,7**	1,8	1,5	2,2	1,5	1,6	1,7	1,7	1,9	1,5	1,2	1,2
Rural	Total	**1,7**	1,3	2,5	0,6	0,6	1,0	1,5	2,3	2,7	2,1	2,2	2,9
Total	Federal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Urbana	Federal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rural	Federal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total	Estadual	**0,2**	0,3	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1
Urbana	Estadual	**0,2**	0,3	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1
Rural	Estadual	**0,1**	0,4	0,1	0,0	0,7	0,0	0,6	0,4	0,1	0,1	0,0	0,3
Total	Municipal	**1,6**	1,2	2,2	0,7	0,6	1,0	1,4	1,9	2,5	2,1	2,0	2,3
Urbana	Municipal	**1,5**	1,1	1,9	0,8	0,6	1,1	1,4	1,6	2,2	2,0	1,7	1,7
Rural	Municipal	**1,8**	1,3	2,7	0,6	0,6	1,0	1,5	2,3	2,8	2,3	2,4	3,1
Total	Privada	**4,3**	5,9	2,3	9,4	6,5	5,6	4,2	3,4	3,4	2,2	1,8	1,4
Urbana	Privada	**4,4**	5,9	2,3	9,5	6,6	5,7	4,2	3,4	3,5	2,3	1,8	1,4
Rural	Privada	**2,0**	1,3	3,8	1,5	0,8	2,4	0,6	0,5	3,6	0,0	4,9	6,7
Total	Pública	**1,4**	1,1	1,7	0,7	0,6	1,0	1,4	1,8	2,1	1,7	1,5	1,7
Urbana	Pública	**1,2**	1,0	1,4	0,7	0,5	1,0	1,3	1,5	1,7	1,4	1,2	1,1
Rural	Pública	**1,7**	1,3	2,5	0,6	0,6	1,0	1,5	2,3	2,7	2,2	2,2	2,9

APÊNDICE D – Tabela de apresentação das Taxas de Abandono Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano - Estado do Pará - Censo Escolar 2022 – INEP

Localização	Dependência Administrativa	Taxas de Abandono 2022 – Estado do Pará											
		Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Total	**Total**	**3,1**	1,3	4,8	1,3	1,0	1,1	1,4	2,0	3,6	4,8	5,6	5,8
Urbana	**Total**	**2,1**	1,1	3,3	1,2	0,9	0,9	1,1	1,4	2,4	3,3	3,9	3,7
Rural	**Total**	**4,7**	1,9	8,1	1,5	1,3	1,6	2,0	2,8	5,9	7,7	9,5	10,3
Total	**Federal**	**0,1**	0,2	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Urbana	**Federal**	**0,1**	0,2	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rural	**Federal**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Total	**Estadual**	**2,6**	1,6	3,0	2,6	1,3	1,3	1,6	1,3	2,1	2,9	3,4	3,4
Urbana	**Estadual**	**2,5**	1,6	2,8	2,6	1,3	1,3	1,7	1,3	2,0	2,9	3,2	3,0
Rural	**Estadual**	**4,2**	1,8	4,4	0,0	2,3	4,5	0,0	2,2	2,4	3,9	5,4	6,1
Total	**Municipal**	**3,5**	1,5	5,9	1,4	1,1	1,3	1,5	2,2	4,3	5,7	6,8	7,2
Urbana	**Municipal**	**2,5**	1,3	4,1	1,3	0,9	1,1	1,2	1,8	2,9	4,1	4,9	4,9
Rural	**Municipal**	**4,7**	2,0	8,4	1,5	1,3	1,6	2,0	2,9	6,2	7,9	9,7	10,7
Total	**Privada**	**0,1**	0,2	0,2	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1
Urbana	**Privada**	**0,2**	0,2	0,1	0,4	0,3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Rural	**Privada**	**1,2**	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	1,6	3,0	3,9
Total	**Pública**	**3,3**	1,5	5,3	1,5	1,2	1,2	1,5	2,2	3,9	5,2	6,0	6,3
Urbana	**Pública**	**2,5**	1,3	3,8	1,3	1,0	1,0	1,2	1,6	2,8	3,7	4,3	4,3
Rural	**Pública**	**4,7**	2,0	8,1	1,5	1,3	1,6	2,0	2,8	6,0	7,7	9,4	10,4

APÊNDICE E – Tabela de apresentação das Taxas de Abandono Ensino Médio – Região Metropolitana de Belém - Censo Escolar 2020 – INEP

Município	Localização	Dependência	Taxas de Abandono 2020 - Municípios Região Metropolitana					
			Ensino Médio					
			Total	1ª série	2ª série	**3ª série**	**4ª série**	**Não-Seriado**
Ananindeua	**Total**	**Total**	**0,6**	**0,9**	**0,5**	**0,4**	**--**	**0,0**
Ananindeua	**Urbana**	**Total**	**0,6**	0,9	0,5	0,4	--	0,0
Ananindeua	**Rural**	**Total**	**--**	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Total**	**Federal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Ananindeua	**Urbana**	**Federal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Ananindeua	**Total**	**Estadual**	**0,4**	0,6	0,2	0,3	--	0,0
Ananindeua	**Urbana**	**Estadual**	**0,4**	0,6	0,2	0,3	--	0,0
Ananindeua	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Total**	**Privada**	**1,6**	2,1	1,8	0,7	--	--

Ananindeua	**Urbana**	**Privada**	**1,6**	2,1	1,8	0,7	--	--
Ananindeua	**Total**	**Pública**	**0,4**	0,6	0,2	0,3	--	0,0
Ananindeua	**Urbana**	**Pública**	**0,4**	0,6	0,2	0,3	--	0,0
Ananindeua	**Rural**	**Pública**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Total**	**Total**	**0,0**	**0,0**	**0,1**	**0,0**	**--**	**--**
Barcarena	**Urbana**	**Total**	**0,0**	0,0	0,1	0,0	--	--
Barcarena	**Rural**	**Total**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Barcarena	**Total**	**Estadual**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Barcarena	**Urbana**	**Estadual**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Barcarena	**Rural**	**Estadual**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Barcarena	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Total**	**Privada**	**0,4**	0,0	1,2	0,0	--	--
Barcarena	**Urbana**	**Privada**	**0,4**	0,0	1,2	0,0	--	--
Barcarena	**Rural**	**Privada**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Total**	**Pública**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Barcarena	**Urbana**	**Pública**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Barcarena	**Rural**	**Pública**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Belém	**Total**	**Total**	**0,5**	**0,7**	**0,3**	**0,3**	**3,4**	**0,0**
Belém	**Urbana**	**Total**	**0,5**	0,7	0,3	0,3	3,4	0,0
Belém	**Rural**	**Total**	**--**	--	--	--	--	--
Belém	**Total**	**Federal**	**0,8**	0,3	0,3	0,9	4,2	--
Belém	**Urbana**	**Federal**	**0,8**	0,3	0,3	0,9	4,2	--
Belém	**Total**	**Estadual**	**0,3**	0,5	0,1	0,2	2,9	0,0
Belém	**Urbana**	**Estadual**	**0,3**	0,5	0,1	0,2	2,9	0,0
Belém	**Rural**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--
Belém	**Total**	**Municipal**	**2,4**	--	0,0	4,0	--	--
Belém	**Urbana**	**Municipal**	**2,4**	--	0,0	4,0	--	--
Belém	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Belém	**Total**	**Privada**	**1,3**	2,0	1,1	0,7	--	--
Belém	**Urbana**	**Privada**	**1,3**	2,0	1,1	0,7	--	--
Belém	**Total**	**Pública**	**0,3**	0,5	0,1	0,2	3,4	0,0
Belém	**Urbana**	**Pública**	**0,3**	0,5	0,1	0,2	3,4	0,0
Belém	**Rural**	**Pública**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Total**	**Total**	**0,1**	**0,2**	**0,1**	**0,0**	**--**	**--**
Benevides	**Urbana**	**Total**	**0,1**	0,1	0,1	0,0	--	--
Benevides	**Rural**	**Total**	**14,3**	40,0	--	0,0	--	--
Benevides	**Total**	**Estadual**	**0,0**	0,1	0,0	0,0	--	--
Benevides	**Urbana**	**Estadual**	**0,0**	0,1	0,0	0,0	--	--
Benevides	**Rural**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Total**	**Privada**	**1,0**	1,8	1,1	0,0	--	--
Benevides	**Urbana**	**Privada**	**0,3**	0,0	1,1	0,0	--	--

Benevides	**Rural**	**Privada**	**14,3**	40,0	--	0,0	--	--
Benevides	**Total**	**Pública**	**0,0**	0,1	0,0	0,0	--	--
Benevides	**Urbana**	**Pública**	**0,0**	0,1	0,0	0,0	--	--
Benevides	**Rural**	**Pública**	**--**	--	--	--	--	--
Castanhal	**Total**	**Total**	**0,6**	**0,7**	**0,6**	**0,5**	**--**	**1,5**
Castanhal	**Urbana**	**Total**	**0,6**	0,8	0,6	0,5	--	1,5
Castanhal	**Rural**	**Total**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Castanhal	**Total**	**Federal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Federal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Castanhal	**Total**	**Estadual**	**0,5**	0,7	0,4	0,3	--	0,0
Castanhal	**Urbana**	**Estadual**	**0,5**	0,7	0,5	0,3	--	0,0
Castanhal	**Rural**	**Estadual**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Castanhal	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Castanhal	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Castanhal	**Total**	**Privada**	**1,5**	1,1	1,6	1,7	--	2,3
Castanhal	**Urbana**	**Privada**	**1,5**	1,1	1,6	1,7	--	2,3
Castanhal	**Total**	**Pública**	**0,4**	0,6	0,5	0,3	--	0,0
Castanhal	**Urbana**	**Pública**	**0,5**	0,7	0,4	0,3	--	0,0
Castanhal	**Rural**	**Pública**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Marituba	**Total**	**Total**	**1,6**	**2,6**	**1,4**	**0,6**	**0,7**	**--**
Marituba	**Urbana**	**Total**	**1,6**	2,6	1,4	0,6	0,7	--
Marituba	**Rural**	**Total**	**--**	--	--	--	--	--
Marituba	**Total**	**Estadual**	**1,6**	2,6	1,4	0,6	0,7	--
Marituba	**Urbana**	**Estadual**	**1,6**	2,6	1,4	0,6	0,7	--
Marituba	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Marituba	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Marituba	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Marituba	**Total**	**Privada**	**2,6**	4,3	2,7	0,0	--	--
Marituba	**Urbana**	**Privada**	**2,6**	4,3	2,7	0,0	--	--
Marituba	**Total**	**Pública**	**1,6**	2,6	1,4	0,6	0,7	--
Marituba	**Urbana**	**Pública**	**1,6**	2,6	1,4	0,6	0,7	--
Marituba	**Rural**	**Pública**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Total**	**Total**	**0,4**	**0,3**	**0,8**	**0,0**	**--**	**--**
Santa Bárbara do Pará	**Urbana**	**Total**	**0,4**	0,4	0,9	0,0	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Rural**	**Total**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Total**	**Estadual**	**0,4**	0,3	0,8	0,0	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Urbana**	**Estadual**	**0,4**	0,4	0,9	0,0	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Rural**	**Estadual**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--

Santa Bárbara do Pará	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Total**	**Pública**	**0,4**	0,3	0,8	0,0	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Urbana**	**Pública**	**0,4**	0,4	0,9	0,0	--	--
Santa Bárbara do Pará	**Rural**	**Pública**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Santa Izabel do Pará	**Total**	**Total**	**10,0**	**14,2**	**6,8**	**8,1**	**14,3**	**--**
Santa Izabel do Pará	**Urbana**	**Total**	**11,4**	15,8	7,8	9,2	14,3	--
Santa Izabel do Pará	**Rural**	**Total**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Santa Izabel do Pará	**Total**	**Estadual**	**11,2**	15,6	7,3	9,3	14,3	--
Santa Izabel do Pará	**Urbana**	**Estadual**	**12,9**	17,7	8,6	10,9	14,3	--
Santa Izabel do Pará	**Rural**	**Estadual**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Santa Izabel do Pará	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Izabel do Pará	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Izabel do Pará	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Izabel do Pará	**Total**	**Privada**	**1,3**	0,0	2,7	1,3	--	--
Santa Izabel do Pará	**Urbana**	**Privada**	**1,3**	0,0	2,7	1,3	--	--
Santa Izabel do Pará	**Total**	**Pública**	**11,2**	15,6	7,3	9,3	14,3	--
Santa Izabel do Pará	**Urbana**	**Pública**	**12,9**	17,7	8,6	10,9	14,3	--
Santa Izabel do Pará	**Rural**	**Pública**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--

APÊNDICE F – Tabela de apresentação das Taxas de Abandono Ensino Médio – Região Metropolitana de Belém - Censo Escolar 2022 – INEP

Município	**Localização**	**Dependência**	**Taxas de Abandono 2022 - Municípios Região Metropolitana**					
			Ensino Médio					
			Total	**1ª série**	**2ª série**	**3ª série**	**4ª série**	**Não-Seriado**
Ananindeua	**Total**	**Total**	**5,3**	**6,0**	**5,1**	**4,8**	**4,4**	**3,0**
Ananindeua	**Urbana**	**Total**	**5,3**	6,0	5,1	4,8	4,4	3,0
Ananindeua	**Rural**	**Total**	**--**	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Total**	**Federal**	**0,6**	1,3	0,0	0,0	--	--
Ananindeua	**Urbana**	**Federal**	**0,6**	1,3	0,0	0,0	--	--
Ananindeua	**Total**	**Estadual**	**6,3**	7,0	6,2	5,7	4,4	3,0
Ananindeua	**Urbana**	**Estadual**	**6,3**	7,0	6,2	5,7	4,4	3,0
Ananindeua	**Rural**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--

Ananindeua	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Total**	**Privada**	**0,3**	0,4	0,3	0,4	--	--
Ananindeua	**Urbana**	**Privada**	**0,3**	0,4	0,3	0,4	--	--
Ananindeua	**Total**	**Pública**	**6,2**	6,9	6,1	5,6	4,4	3,0
Ananindeua	**Urbana**	**Pública**	**6,2**	6,9	6,1	5,6	4,4	3,0
Ananindeua	**Rural**	**Pública**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Total**	**Total**	**16,7**	**13,6**	**17,7**	**19,8**	**--**	**--**
Barcarena	**Urbana**	**Total**	**17,9**	15,1	19,8	20,1	--	--
Barcarena	**Rural**	**Total**	**13,2**	9,3	11,7	19,0	--	--
Barcarena	**Total**	**Estadual**	**17,8**	14,6	19,0	20,7	--	--
Barcarena	**Urbana**	**Estadual**	**19,5**	16,6	21,7	21,5	--	--
Barcarena	**Rural**	**Estadual**	**13,2**	9,3	11,7	19,0	--	--
Barcarena	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Total**	**Privada**	**0,2**	0,0	0,0	1,2	--	--
Barcarena	**Urbana**	**Privada**	**0,2**	0,0	0,0	1,2	--	--
Barcarena	**Rural**	**Privada**	**--**	--	--	--	--	--
Barcarena	**Total**	**Pública**	**17,8**	14,6	19,0	20,7	--	--
Barcarena	**Urbana**	**Pública**	**19,5**	16,6	21,7	21,5	--	--
Barcarena	**Rural**	**Pública**	**13,2**	9,3	11,7	19,0	--	--
Belém	**Total**	**Total**	**6,5**	**6,4**	**7,3**	**5,9**	**2,4**	**4,7**
Belém	**Urbana**	**Total**	**6,5**	6,4	7,3	5,9	2,4	4,7
Belém	**Rural**	**Total**	**--**	--	--	--	--	--
Belém	**Total**	**Federal**	**0,1**	0,0	0,3	0,2	--	--
Belém	**Urbana**	**Federal**	**0,1**	0,0	0,3	0,2	--	--
Belém	**Total**	**Estadual**	**8,7**	8,4	9,8	8,1	2,4	18,5
Belém	**Urbana**	**Estadual**	**8,7**	8,4	9,8	8,1	2,4	18,5
Belém	**Rural**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--
Belém	**Total**	**Municipal**	**6,4**	3,2	11,1	--	--	--
Belém	**Urbana**	**Municipal**	**6,4**	3,2	11,1	--	--	--
Belém	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Belém	**Total**	**Privada**	**0,3**	0,2	0,2	0,2	--	1,2
Belém	**Urbana**	**Privada**	**0,3**	0,2	0,2	0,2	--	1,2
Belém	**Total**	**Pública**	**8,2**	7,9	9,2	7,7	2,4	18,5
Belém	**Urbana**	**Pública**	**8,2**	7,9	9,2	7,7	2,4	18,5
Belém	**Rural**	**Pública**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Total**	**Total**	**4,2**	**5,0**	**4,7**	**2,3**	**--**	**--**
Benevides	**Urbana**	**Total**	**4,2**	5,0	4,7	2,3	--	--
Benevides	**Rural**	**Total**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Total**	**Estadual**	**4,6**	5,6	5,2	2,6	--	--
Benevides	**Urbana**	**Estadual**	**4,6**	5,6	5,2	2,6	--	--
Benevides	**Rural**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Benevides	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--

Benevides	**Total**	**Privada**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Benevides	**Urbana**	**Privada**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	--	--
Benevides	**Total**	**Pública**	**4,6**	5,6	5,2	2,6	--	--
Benevides	**Urbana**	**Pública**	**4,6**	5,6	5,2	2,6	--	--
Benevides	**Rural**	**Pública**	**--**	--	--	--	--	--
Castanhal	**Total**	**Total**	**6,1**	**6,1**	**6,2**	**5,9**	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Total**	**6,2**	6,4	6,3	5,6	--	--
Castanhal	**Rural**	**Total**	**3,9**	0,6	0,9	12,0	--	--
Castanhal	**Total**	**Federal**	**4,5**	1,4	5,2	7,9	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Federal**	**4,5**	1,4	5,2	7,9	--	--
Castanhal	**Total**	**Estadual**	**7,3**	7,3	7,6	6,9	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Estadual**	**7,5**	7,7	7,8	6,6	--	--
Castanhal	**Rural**	**Estadual**	**3,9**	0,6	0,9	12,0	--	--
Castanhal	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Castanhal	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Castanhal	**Total**	**Privada**	**0,4**	0,3	0,6	0,3	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Privada**	**0,4**	0,3	0,6	0,3	--	--
Castanhal	**Total**	**Pública**	**7,1**	7,1	7,5	7,0	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Pública**	**7,3**	7,5	7,7	6,6	--	--
Castanhal	**Rural**	**Pública**	**3,9**	0,6	0,9	12,0	--	--
Marituba	**Total**	**Total**	**4,8**	**5,6**	**5,2**	**3,9**	**1,5**	--
Marituba	**Urbana**	**Total**	**4,8**	5,6	5,2	3,9	1,5	--
Marituba	**Rural**	**Total**	**--**	--	--	--	--	--
Marituba	**Total**	**Estadual**	**4,9**	5,7	5,3	3,9	1,5	--
Marituba	**Urbana**	**Estadual**	**4,9**	5,7	5,3	3,9	1,5	--
Marituba	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Marituba	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Marituba	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Marituba	**Total**	**Privada**	**2,0**	2,2	3,6	0,0	--	--
Marituba	**Urbana**	**Privada**	**2,0**	2,2	3,6	0,0	--	--
Marituba	**Total**	**Pública**	**4,9**	5,7	5,3	3,9	1,5	--
Marituba	**Urbana**	**Pública**	**4,9**	5,7	5,3	3,9	1,5	--
Marituba	**Rural**	**Pública**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Barbará	**Total**	**Total**	**3,5**	3,9	3,0	3,8	--	--
Santa Barbará	**Urbana**	**Total**	**3,7**	4,2	3,0	3,6	--	--
Santa Barbará	**Rural**	**Total**	**2,8**	1,8	2,9	5,0	--	--
Santa Barbará	**Total**	**Estadual**	**3,5**	3,9	3,0	3,8	--	--
Santa Barbará	**Urbana**	**Estadual**	**3,7**	4,2	3,0	3,6	--	--
Santa Barbará	**Rural**	**Estadual**	**2,8**	1,8	2,9	5,0	--	--
Santa Barbará	**Total**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Barbará	**Urbana**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Barbará	**Rural**	**Municipal**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Barbará	**Total**	**Privada**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Barbará	**Urbana**	**Privada**	**--**	--	--	--	--	--
Santa Barbará	**Total**	**Pública**	**3,5**	3,9	3,0	3,8	--	--
Santa Barbará	**Urbana**	**Pública**	**3,7**	4,2	3,0	3,6	--	--
Santa Barbará	**Rural**	**Pública**	**2,8**	1,8	2,9	5,0	--	--

Santa Izabel	**Total**	**Total**	**12,6**	**17,2**	**8,4**	**10,2**	--	--
Santa Izabel	**Urbana**	**Total**	**11,6**	16,0	8,4	9,0	--	--
Santa Izabel	**Rural**	**Total**	**18,8**	24,8	8,5	18,2	--	--
Santa Izabel	**Total**	**Estadual**	**13,8**	18,6	9,4	11,5	--	--
Santa Izabel	**Urbana**	**Estadual**	**13,0**	17,5	9,4	10,3	--	--
Santa Izabel	**Rural**	**Estadual**	**18,8**	24,8	8,5	18,2	--	--
Santa Izabel	**Total**	**Municipal**	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel	**Urbana**	**Municipal**	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel	**Rural**	**Municipal**	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel	**Total**	**Privada**	**0,3**	0,0	1,1	0,0	--	--
Santa Izabel	**Urbana**	**Privada**	**0,3**	0,0	1,1	0,0	--	--
Santa Izabel	**Total**	**Pública**	**13,8**	18,6	9,4	11,5	--	--
Santa Izabel	**Urbana**	**Pública**	**13,0**	17,5	9,4	10,3	--	--
Santa Izabel	**Rural**	**Pública**	**18,8**	24,8	8,5	18,2	--	--

APÊNDICE G – Tabela de apresentação das Taxas de Abandono Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano – Região Metropolitana de Belém - Censo Escolar 2020 – INEP

Município	**Localização**	**Dependência Administrativa**	**Taxa de Abandono 2020 – Municípios região Metropolitana**											
			Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
			Total	**Anos Iniciais**	**Anos Finais**	**1º Ano**	**2º Ano**	**3º Ano**	**4º Ano**	**5º Ano**	**6º Ano**	**7º Ano**	**8º Ano**	**9º Ano**
Ananindeua	Total	Total	**1,3**	**1,6**	**0,9**	**2,4**	**2,2**	**1,4**	**1,2**	**1,2**	**1,6**	**0,9**	**0,5**	**0,7**
Ananindeua	Urbana	Total	**1,3**	1,6	0,9	2,4	2,2	1,4	1,2	1,2	1,6	0,9	0,5	0,7
Ananindeua	Rural	Total	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ananindeua	Total	Federal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ananindeua	Urbana	Federal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ananindeua	Total	Estadual	**0,3**	0,2	0,4	0,4	0,1	0,0	0,1	0,4	0,8	0,3	0,1	0,2
Ananindeua	Urbana	Estadual	**0,3**	0,2	0,4	0,4	0,1	0,0	0,1	0,4	0,8	0,3	0,1	0,2
Ananindeua	Total	Municipal	**0,3**	0,3	0,4	0,2	0,3	0,1	0,2	0,6	0,4	0,2	0,2	0,8
Ananindeua	Urbana	Municipal	**0,3**	0,3	0,4	0,2	0,3	0,1	0,2	0,6	0,4	0,2	0,2	0,8
Ananindeua	Rural	Municipal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ananindeua	Total	Privada	**4,7**	6,1	2,9	8,9	7,6	5,7	4,7	3,8	5,0	3,0	2,0	1,5
Ananindeua	Urbana	Privada	**4,7**	6,1	2,9	8,9	7,6	5,7	4,7	3,8	5,0	3,0	2,0	1,5
Ananindeua	Total	Pública	**0,3**	0,3	0,4	0,3	0,3	0,1	0,1	0,5	0,6	0,3	0,1	0,4
Ananindeua	Urbana	Pública	**0,3**	0,3	0,4	0,3	0,3	0,1	0,1	0,5	0,6	0,3	0,1	0,4
Ananindeua	Rural	Pública	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barcarena	Total	Total	**2,0**	**3,1**	**0,6**	**1,2**	**0,9**	**0,6**	**0,4**	**12,0**	**0,4**	**0,2**	**0,1**	**2,3**
Barcarena	Urbana	Total	**1,7**	2,5	0,6	1,4	1,2	0,8	0,5	8,3	0,4	0,2	0,1	1,8
Barcarena	Rural	Total	**3,6**	5,2	0,8	0,2	0,0	0,0	0,2	23,5	0,0	0,0	0,0	3,5
Barcarena	Total	Estadual	**0,1**	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0	0,4	0,0	0,0
Barcarena	Urbana	Estadual	**0,2**	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,0
Barcarena	Rural	Estadual	**0,0**	0,0	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barcarena	Total	Municipal	**1,9**	2,8	0,6	0,1	0,0	0,0	0,1	13,4	0,0	0,0	0,1	3,5
Barcarena	Urbana	Municipal	**1,3**	1,9	0,4	0,0	0,0	0,1	0,1	9,3	0,0	0,0	0,1	2,7

Barcarena	Rural	Municipal	**4,1**	5,4	1,2	0,2	0,0	0,0	0,2	24,6	0,0	0,0	0,0	6,5
Barcarena	Total	Privada	**4,0**	5,6	1,5	7,4	7,1	5,8	3,1	5,1	3,6	1,2	0,4	0,5
Barcarena	Urbana	Privada	**4,2**	5,9	1,7	7,7	7,6	6,1	3,2	5,4	3,9	1,3	0,4	0,6
Barcarena	Rural	Privada	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barcarena	Total	Pública	**1,8**	2,8	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	12,9	0,0	0,0	0,1	2,5
Barcarena	Urbana	Pública	**1,2**	1,9	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	8,9	0,0	0,1	0,1	2,1
Barcarena	Rural	Pública	**3,7**	5,3	0,9	0,2	0,0	0,0	0,2	24,2	0,0	0,0	0,0	3,8
Belém	Total	Total	**1,7**	**2,4**	**0,8**	**4,4**	**2,8**	**2,1**	**1,5**	**1,4**	**1,0**	**0,9**	**0,7**	**0,6**
Belém	Urbana	Total	**1,7**	2,4	0,8	4,5	2,8	2,1	1,5	1,4	1,0	0,9	0,7	0,6
Belém	Rural	Total	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belém	Total	Federal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belém	Urbana	Federal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belém	Total	Estadual	**0,1**	0,3	0,1	0,5	0,2	0,2	0,1	0,4	0,1	0,1	0,0	0,1
Belém	Urbana	Estadual	**0,1**	0,3	0,1	0,5	0,2	0,2	0,1	0,4	0,1	0,1	0,0	0,1
Belém	Rural	Estadual	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--
Belém	Total	Municipal	**0,4**	0,5	0,4	1,0	0,3	0,2	0,3	0,1	0,3	0,2	0,4	0,5
Belém	Urbana	Municipal	**0,4**	0,4	0,4	1,1	0,4	0,3	0,3	0,1	0,3	0,2	0,4	0,5
Belém	Rural	Municipal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belém	Total	Privada	**5,4**	7,6	2,6	12,4	8,7	7,4	5,0	4,5	3,7	3,0	2,1	1,6
Belém	Urbana	Privada	**5,4**	7,6	2,6	12,4	8,7	7,4	5,0	4,5	3,7	3,0	2,1	1,6
Belém	Total	Pública	**0,3**	0,3	0,2	0,8	0,3	0,3	0,2	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2
Belém	Urbana	Pública	**0,3**	0,3	0,2	0,8	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2
Belém	Rural	Pública	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Total	Total	**0,2**	**0,3**	**0,1**	**0,5**	**0,2**	**0,2**	**0,3**	**0,4**	**0,1**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
Benevides	Urbana	Total	**0,2**	0,6	0,0	0,8	0,3	0,3	0,5	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Rural	Total	**0,1**	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	0,0	1,2
Benevides	Total	Estadual	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Urbana	Estadual	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Rural	Estadual	**0,0**	0,0	0,0	--	--	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Total	Municipal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Urbana	Municipal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Rural	Municipal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--
Benevides	Total	Privada	**2,2**	3,7	0,7	7,1	2,3	1,8	3,7	4,4	1,9	0,0	0,0	0,9
Benevides	Urbana	Privada	**2,0**	3,7	0,0	7,1	2,3	1,8	3,7	4,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Rural	Privada	**6,5**	--	6,5	--	--	--	--	--	28,6	0,0	0,0	5,6
Benevides	Total	Pública	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Urbana	Pública	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	Rural	Pública	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Castanhal	Total	Total	**1,7**	**2,3**	**1,0**	**4,2**	**2,4**	**2,2**	**1,8**	**0,9**	**1,0**	**0,8**	**1,2**	**0,9**
Castanhal	Urbana	Total	**1,9**	2,4	1,1	4,7	2,6	2,4	2,0	1,0	1,1	0,8	1,3	1,0
Castanhal	Rural	Total	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Castanhal	Total	Federal	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Castanhal	Urbana	Federal	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Castanhal	Total	Estadual	**0,3**	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,9	0,2
Castanhal	Urbana	Estadual	**0,3**	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,9	0,2
Castanhal	Rural	Estadual	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Castanhal	Total	Municipal	**0,0**	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2
Castanhal	Urbana	Municipal	**0,0**	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3
Castanhal	Rural	Municipal	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Castanhal	Total	Privada	**6,7**	9,0	3,6	15,3	9,2	8,8	7,5	4,2	4,4	3,5	3,1	3,4
Castanhal	Urbana	Privada	**6,7**	9,0	3,6	15,3	9,2	8,8	7,5	4,2	4,4	3,5	3,1	3,4
Castanhal	Total	Pública	**0,1**	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2
Castanhal	Urbana	Pública	**0,1**	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,3
Castanhal	Rural	Pública	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Marituba	Total	Total	**0,3**	**0,3**	**0,3**	**0,4**	**0,1**	**0,2**	**0,2**	**0,5**	**0,5**	**0,3**	**0,2**	**0,3**
Marituba	Urbana	Total	**0,3**	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,3	0,5	0,6	0,3	0,2	0,3
Marituba	Rural	Total	**0,2**	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,6	0,0	0,0
Marituba	Total	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Marituba	Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Marituba	Total	Municipal	**0,2**	0,1	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	0,5	0,4	0,2	0,1	0,2
Marituba	Urbana	Municipal	**0,2**	0,2	0,3	0,4	0,0	0,1	0,1	0,4	0,4	0,2	0,1	0,3
Marituba	Rural	Municipal	**0,2**	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,6	0,0	0,0
Marituba	Total	Privada	**5,4**	7,9	3,8	11,8	0,0	7,7	20,0	3,3	5,7	4,3	4,1	0,0
Marituba	Urbana	Privada	**5,4**	7,9	3,8	11,8	0,0	7,7	20,0	3,3	5,7	4,3	4,1	0,0
Marituba	Total	Pública	**0,2**	0,1	0,2	0,3	0,1	0,0	0,0	0,5	0,4	0,2	0,1	0,2
Marituba	Urbana	Pública	**0,2**	0,2	0,3	0,4	0,0	0,1	0,1	0,4	0,4	0,2	0,1	0,3
Marituba	Rural	Pública	**0,2**	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,6	0,0	0,0
Santa Bárbara do Pará	Total	Total	**0,2**	**0,4**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,2**	**0,3**	**1,3**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**
Santa Bárbara do Pará	Urbana	Total	**0,0**	0,1	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Bárbara do Pará	Rural	Total	**0,5**	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Bárbara do Pará	Total	Estadual	**0,0**	--	0,0	--	--	--	--	--	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Bárbara do Pará	Urbana	Estadual	**0,0**	--	0,0	--	--	--	--	--	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Bárbara do Pará	Rural	Estadual	**0,0**	--	0,0	--	--	--	--	--	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Bárbara do Pará	Total	Municipal	**0,4**	0,4	--	0,0	0,0	0,2	0,3	1,3	--	--	--	--
Santa Bárbara do Pará	Urbana	Municipal	**0,1**	0,1	--	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	--	--	--	--
Santa Bárbara do Pará	Rural	Municipal	**0,7**	0,7	--	0,0	0,0	0,0	0,5	2,5	--	--	--	--
Santa Bárbara do Pará	Total	Pública	**0,2**	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Bárbara do Pará	Urbana	Pública	**0,0**	0,1	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Santa Bárbara do Pará	Rural	Pública	**0,5**	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	2,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Izabel do Pará	Total	Total	**3,2**	**2,3**	**4,3**	**2,3**	**1,3**	**2,1**	**3,4**	**2,7**	**5,4**	**4,2**	**4,1**	**3,4**
Santa Izabel do Pará	Urbana	Total	**3,6**	2,8	4,4	2,8	1,8	2,3	4,4	2,7	4,9	4,9	4,6	3,0
Santa Izabel do Pará	Rural	Total	**2,7**	1,8	4,2	1,4	0,7	1,7	2,4	2,6	6,4	2,7	2,9	4,4
Santa Izabel do Pará	Total	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel do Pará	Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel do Pará	Rural	Estadual	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel do Pará	Total	Municipal	**3,1**	2,1	4,5	1,7	0,8	1,8	3,1	2,7	4,9	4,7	4,4	3,9
Santa Izabel do Pará	Urbana	Municipal	**3,4**	2,3	4,6	2,0	0,9	1,8	3,8	2,9	3,9	5,7	5,3	3,6
Santa Izabel do Pará	Rural	Municipal	**2,7**	1,8	4,2	1,4	0,7	1,7	2,4	2,6	6,4	2,7	2,9	4,4
Santa Izabel do Pará	Total	Privada	**4,3**	5,3	3,4	6,2	5,5	5,7	6,9	1,9	9,0	1,8	2,2	0,6
Santa Izabel do Pará	Urbana	Privada	**4,3**	5,3	3,4	6,2	5,5	5,7	6,9	1,9	9,0	1,8	2,2	0,6
Santa Izabel do Pará	Total	Pública	**3,1**	2,1	4,5	1,7	0,8	1,8	3,1	2,7	4,9	4,7	4,4	3,9
Santa Izabel do Pará	Urbana	Pública	**3,4**	2,3	4,6	2,0	0,9	1,8	3,8	2,9	3,9	5,7	5,3	3,6
Santa Izabel do Pará	Rural	Pública	**2,7**	1,8	4,2	1,4	0,7	1,7	2,4	2,6	6,4	2,7	2,9	4,4

APÊNDICE H – Tabela de apresentação das Taxas de Abandono Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano – Região Metropolitana de Belém - Censo Escolar 2022 – INEP

Município	Localização	Dependência Administrativa	Taxas de Abandono 2022 - Municípios Região Metropolitana											
			Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
			Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Ananindeua	**Total**	**Total**	**0,7**	**0,5**	**1,0**	**0,9**	**0,3**	**0,4**	**0,5**	**0,3**	**0,7**	**0,9**	**1,1**	**1,0**
Ananindeua	**Urbana**	**Total**	**0,7**	0,5	0,9	0,9	0,3	0,4	0,5	0,3	0,7	0,9	1,1	1,0
Ananindeua	**Rural**	**Total**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ananindeua	**Total**	**Federal**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Urbana**	**Federal**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Ananindeua	**Total**	**Estadual**	**1,9**	1,7	1,9	3,2	1,2	1,5	1,8	1,0	1,7	2,0	2,1	1,9
Ananindeua	**Urbana**	**Estadual**	**1,9**	1,7	1,9	3,2	1,2	1,5	1,9	0,9	1,7	2,0	2,1	1,9
Ananindeua	**Rural**	**Estadual**	**0,0**	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--	--	--
Ananindeua	**Total**	**Municipal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ananindeua	**Urbana**	**Municipal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ananindeua	**Rural**	**Municipal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ananindeua	**Total**	**Privada**	**0,3**	0,4	0,2	1,1	0,3	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,4	0,3
Ananindeua	**Urbana**	**Privada**	**0,3**	0,4	0,2	1,1	0,3	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,4	0,3
Ananindeua	**Total**	**Pública**	**0,9**	0,5	1,1	0,9	0,3	0,5	0,6	0,3	0,9	1,1	1,3	1,2
Ananindeua	**Urbana**	**Pública**	**0,8**	0,5	1,1	0,9	0,3	0,5	0,6	0,3	0,9	1,1	1,3	1,2

Ananindeua	**Rural**	**Pública**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barcarena	**Total**	**Total**	**1,9**	**1,1**	**2,8**	**1,2**	**0,7**	**0,9**	**1,1**	**1,4**	**1,7**	**2,5**	**3,3**	**4,0**
Barcarena	**Urbana**	**Total**	**1,9**	1,0	2,9	1,4	0,6	0,8	1,0	1,1	1,7	2,4	3,5	4,1
Barcarena	**Rural**	**Total**	**1,8**	1,4	2,5	0,6	1,1	1,3	1,3	2,1	1,7	2,8	2,3	3,4
Barcarena	**Total**	**Estadual**	**4,0**	--	4,0	--	--	--	--	--	1,4	1,2	5,2	5,6
Barcarena	**Urbana**	**Estadual**	**7,1**	--	7,1	--	--	--	--	--	3,0	3,0	10,3	8,4
Barcarena	**Rural**	**Estadual**	**0,7**	--	0,7	--	--	--	--	--	0,0	0,0	1,0	1,3
Barcarena	**Total**	**Municipal**	**2,0**	1,1	3,1	1,3	0,7	1,0	1,1	1,5	1,9	3,0	3,6	4,1
Barcarena	**Urbana**	**Municipal**	**2,0**	1,1	3,1	1,5	0,6	0,9	1,1	1,3	1,9	2,9	3,7	4,1
Barcarena	**Rural**	**Municipal**	**2,0**	1,4	3,1	0,6	1,1	1,3	1,3	2,1	2,0	3,6	2,7	4,2
Barcarena	**Total**	**Privada**	**0,2**	0,3	0,0	0,8	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barcarena	**Urbana**	**Privada**	**0,2**	0,3	0,0	0,8	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barcarena	**Rural**	**Privada**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Barcarena	**Total**	**Pública**	**2,1**	1,1	3,2	1,3	0,7	1,0	1,1	1,5	1,9	2,8	3,7	4,3
Barcarena	**Urbana**	**Pública**	**2,2**	1,1	3,4	1,5	0,6	0,9	1,1	1,3	2,0	2,9	4,0	4,7
Barcarena	**Rural**	**Pública**	**1,8**	1,4	2,5	0,6	1,1	1,3	1,3	2,1	1,7	2,8	2,3	3,4
Belém	**Total**	**Total**	**1,6**	**1,4**	**1,8**	**2,3**	**1,2**	**1,2**	**1,2**	**0,9**	**1,6**	**1,9**	**1,9**	**2,1**
Belém	**Urbana**	**Total**	**1,6**	1,3	1,8	2,3	1,2	1,3	1,2	0,9	1,6	1,9	1,9	2,2
Belém	**Rural**	**Total**	**0,9**	0,4	2,2	0,7	0,9	0,0	0,0	0,6	0,0	5,3	0,0	4,4
Belém	**Total**	**Federal**	**0,1**	0,2	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belém	**Urbana**	**Federal**	**0,1**	0,2	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Belém	**Total**	**Estadual**	**2,3**	1,6	2,8	2,6	1,3	1,3	1,7	1,0	2,3	2,9	2,9	3,0
Belém	**Urbana**	**Estadual**	**2,3**	1,6	2,8	2,6	1,3	1,3	1,7	1,1	2,3	2,9	2,9	3,0
Belém	**Rural**	**Estadual**	**1,5**	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	0,0	0,0
Belém	**Total**	**Municipal**	**2,0**	2,1	1,9	3,6	2,0	2,0	1,4	1,5	1,6	1,6	1,8	2,7
Belém	**Urbana**	**Municipal**	**2,0**	2,1	1,9	3,6	2,1	2,0	1,4	1,5	1,6	1,6	1,8	2,7
Belém	**Rural**	**Municipal**	**0,7**	0,4	1,9	0,7	0,9	0,0	0,0	0,7	0,0	2,5	0,0	7,4
Belém	**Total**	**Privada**	**0,1**	0,1	0,0	0,4	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Belém	**Urbana**	**Privada**	**0,1**	0,1	0,0	0,4	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Belém	**Total**	**Pública**	**2,1**	1,8	2,5	3,2	1,6	1,7	1,6	1,2	2,0	2,5	2,6	2,9
Belém	**Urbana**	**Pública**	**2,1**	1,8	2,5	3,2	1,6	1,6	1,6	1,2	2,0	2,5	2,6	2,9
Belém	**Rural**	**Pública**	**0,9**	0,4	2,2	0,7	0,9	0,0	0,0	0,6	0,0	5,3	0,0	4,4
Benevides	**Total**	**Total**	**0,4**	**0,0**	**0,9**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,1**	**0,0**	**0,4**	**0,8**	**1,1**	**1,2**
Benevides	**Urbana**	**Total**	**0,6**	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,4	0,9	1,1	1,2
Benevides	**Rural**	**Total**	**0,0**	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0
Benevides	**Total**	**Estadual**	**1,4**	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	1,6	2,0	2,2
Benevides	**Urbana**	**Estadual**	**1,5**	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	1,8	2,0	2,5
Benevides	**Rural**	**Estadual**	**0,4**	0,0	0,5	--	--	--	--	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0
Benevides	**Total**	**Municipal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	**Urbana**	**Municipal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	**Rural**	**Municipal**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	**Total**	**Privada**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	**Urbana**	**Privada**	**0,0**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Benevides	**Total**	**Pública**	**0,4**	0,0	0,9	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,4	0,9	1,2	1,3
Benevides	**Urbana**	**Pública**	**0,6**	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,4	1,0	1,2	1,4
Benevides	**Rural**	**Pública**	**0,0**	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0
Castanhal	**Total**	**Total**	**1,4**	**0,9**	**2,0**	**0,7**	**0,6**	**1,1**	**1,1**	**1,1**	**1,4**	**1,9**	**2,5**	**1,9**
Castanhal	**Urbana**	**Total**	**1,3**	0,9	1,8	0,8	0,7	1,2	1,1	1,0	1,3	2,0	2,1	1,8

Castanhal	**Rural**	**Total**	**1,8**	0,5	4,0	0,0	0,0	0,6	0,7	1,3	2,4	1,0	7,5	5,0
Castanhal	**Total**	**Federal**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Castanhal	**Urbana**	**Federal**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Castanhal	**Total**	**Estadual**	**2,8**	6,8	2,8	--	--	0,0	0,0	14,7	2,1	2,7	3,6	2,4
Castanhal	**Urbana**	**Estadual**	**2,8**	6,8	2,8	--	--	0,0	0,0	14,7	2,1	2,7	3,6	2,4
Castanhal	**Rural**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Castanhal	**Total**	**Municipal**	**1,5**	1,2	2,4	0,9	0,7	1,5	1,4	1,2	1,8	2,4	2,8	2,6
Castanhal	**Urbana**	**Municipal**	**1,5**	1,2	2,0	1,0	0,9	1,6	1,5	1,2	1,7	2,6	1,7	2,1
Castanhal	**Rural**	**Municipal**	**1,8**	0,5	4,0	0,0	0,0	0,6	0,7	1,3	2,4	1,0	7,5	5,0
Castanhal	**Total**	**Privada**	**0,2**	0,2	0,0	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
Castanhal	**Urbana**	**Privada**	**0,2**	0,2	0,0	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
Castanhal	**Total**	**Pública**	**1,9**	1,2	2,5	0,9	0,7	1,4	1,5	1,4	1,9	2,6	3,2	2,6
Castanhal	**Urbana**	**Pública**	**1,8**	1,3	2,4	1,0	0,9	1,5	1,6	1,4	1,8	2,6	2,8	2,3
Castanhal	**Rural**	**Pública**	**1,8**	0,5	4,0	0,0	0,0	0,6	0,7	1,3	2,4	1,0	7,5	5,0
Marituba	**Total**	**Total**	**1,3**	**0,9**	**1,8**	**1,5**	**1,1**	**0,4**	**0,7**	**0,7**	**2,3**	**2,0**	**2,1**	**0,9**
Marituba	**Urbana**	**Total**	**1,4**	0,9	1,9	1,6	1,2	0,4	0,7	0,7	2,2	2,1	2,2	0,9
Marituba	**Rural**	**Total**	**0,8**	0,2	1,2	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	3,3	0,0	0,8	0,9
Marituba	**Total**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Marituba	**Urbana**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Marituba	**Total**	**Municipal**	**1,3**	0,9	1,9	1,5	1,0	0,4	0,6	0,7	2,3	1,9	2,2	0,9
Marituba	**Urbana**	**Municipal**	**1,4**	0,9	1,9	1,6	1,1	0,4	0,7	0,7	2,2	2,2	2,2	0,9
Marituba	**Rural**	**Municipal**	**0,8**	0,2	1,2	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	3,3	0,0	0,8	0,9
Marituba	**Total**	**Privada**	**1,3**	2,2	0,6	0,0	5,4	0,0	2,9	0,0	2,3	0,0	0,0	0,0
Marituba	**Urbana**	**Privada**	**1,3**	2,2	0,6	0,0	5,4	0,0	2,9	0,0	2,3	0,0	0,0	0,0
Marituba	**Total**	**Pública**	**1,3**	0,9	1,9	1,5	1,0	0,4	0,6	0,7	2,3	1,9	2,2	0,9
Marituba	**Urbana**	**Pública**	**1,4**	0,9	1,9	1,6	1,1	0,4	0,7	0,7	2,2	2,2	2,2	0,9
Marituba	**Rural**	**Pública**	**0,8**	0,2	1,2	0,0	0,0	1,1	0,0	0,0	3,3	0,0	0,8	0,9
Santa Barbará	**Total**	**Total**	**1,4**	0,8	1,9	0,6	0,6	1,2	0,3	1,1	1,0	1,1	3,6	2,1
Santa Barbará	**Urbana**	**Total**	**1,5**	0,9	2,0	1,0	0,0	2,4	0,0	1,3	1,2	1,4	3,2	2,2
Santa Barbará	**Rural**	**Total**	**0,9**	0,6	1,8	0,0	1,4	0,0	0,6	1,0	0,0	0,0	5,3	1,5
Santa Barbará	**Total**	**Estadual**	**1,9**	--	1,9	--	--	--	--	--	1,0	1,1	3,6	2,1
Santa Barbará	**Urbana**	**Estadual**	**2,0**	--	2,0	--	--	--	--	--	1,2	1,4	3,2	2,2
Santa Barbará	**Rural**	**Estadual**	**1,8**	--	1,8	--	--	--	--	--	0,0	0,0	5,3	1,5
Santa Barbará	**Total**	**Municipal**	**0,8**	0,8	--	0,6	0,6	1,3	0,3	1,2	--	--	--	--
Santa Barbará	**Urbana**	**Municipal**	**1,0**	1,0	--	1,1	0,0	2,5	0,0	1,3	--	--	--	--
Santa Barbará	**Rural**	**Municipal**	**0,6**	0,6	--	0,0	1,4	0,0	0,6	1,0	--	--	--	--
Santa Barbará	**Total**	**Privada**	**0,0**	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--	--	--
Santa Barbará	**Urbana**	**Privada**	**0,0**	0,0	--	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	--	--	--	--
Santa Barbará	**Total**	**Pública**	**1,4**	0,8	1,9	0,6	0,6	1,3	0,3	1,2	1,0	1,1	3,6	2,1
Santa Barbará	**Urbana**	**Pública**	**1,5**	1,0	2,0	1,1	0,0	2,5	0,0	1,3	1,2	1,4	3,2	2,2
Santa Barbará	**Rural**	**Pública**	**0,9**	0,6	1,8	0,0	1,4	0,0	0,6	1,0	0,0	0,0	5,3	1,5

Santa Izabel	**Total**	**Total**	**2,7**	**1,5**	**4,3**	**1,2**	**0,6**	**2,2**	**1,1**	**2,0**	**3,5**	**4,6**	**4,7**	**4,2**
Santa Izabel	**Urbana**	**Total**	**2,5**	1,3	3,6	1,3	0,8	1,9	0,8	1,9	2,3	3,8	4,4	4,1
Santa Izabel	**Rural**	**Total**	**3,1**	1,6	5,6	1,1	0,5	2,4	1,6	2,1	5,8	6,0	5,5	4,6
Santa Izabel	**Total**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel	**Urbana**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel	**Rural**	**Estadual**	**--**	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Santa Izabel	**Total**	**Municipal**	**3,0**	1,6	4,8	1,4	0,7	2,4	1,3	2,2	3,7	5,1	5,4	5,0
Santa Izabel	**Urbana**	**Municipal**	**3,0**	1,7	4,3	1,7	1,0	2,4	0,9	2,2	2,4	4,7	5,4	5,2
Santa Izabel	**Rural**	**Municipal**	**3,1**	1,6	5,6	1,1	0,5	2,4	1,6	2,1	5,8	6,0	5,5	4,6
Santa Izabel	**Total**	**Privada**	**0,2**	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0
Santa Izabel	**Urbana**	**Privada**	**0,2**	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	0,0
Santa Izabel	**Total**	**Pública**	**3,0**	1,6	4,8	1,4	0,7	2,4	1,3	2,2	3,7	5,1	5,4	5,0
Santa Izabel	**Urbana**	**Pública**	**3,0**	1,7	4,3	1,7	1,0	2,4	0,9	2,2	2,4	4,7	5,4	5,2
Santa Izabel	**Rural**	**Pública**	**3,1**	1,6	5,6	1,1	0,5	2,4	1,6	2,1	5,8	6,0	5,5	4,6

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ